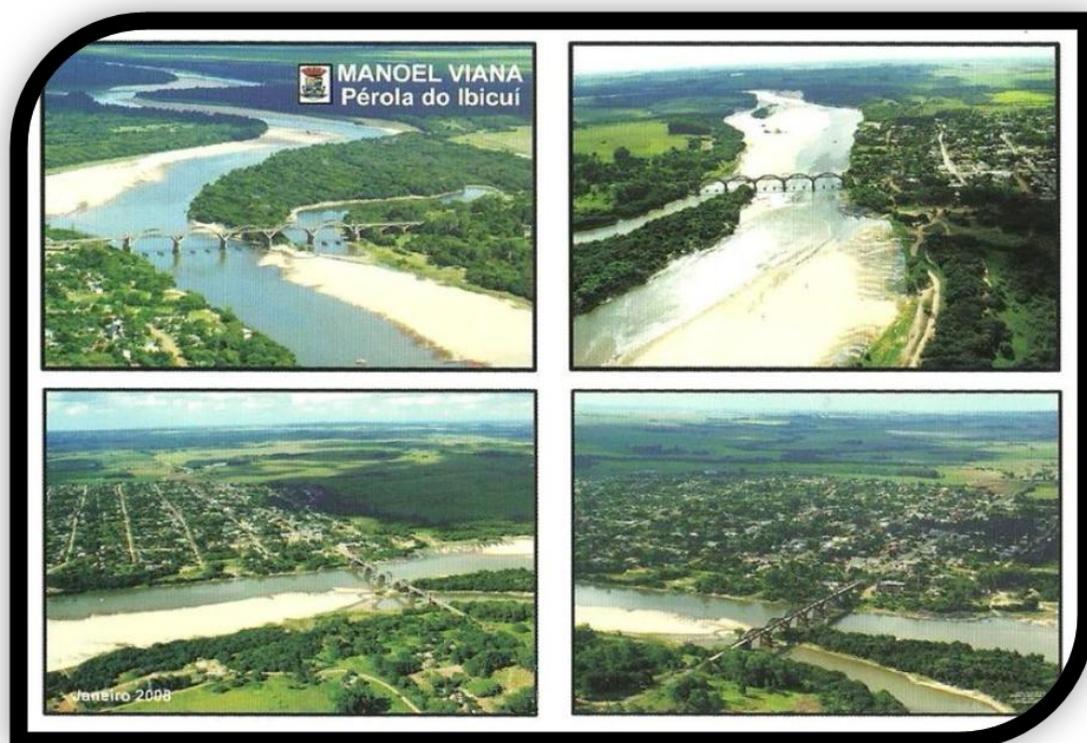




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MANOEL VIANA**



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

MANOEL VIANA - RS

DEZEMBRO, 2010.



Plano Local de Habitação de Interesse Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

IONE OLARTE CAMINHA
PREFEITA MUNICIPAL

CARLOS PIO WALLAU VEZZOSI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

EDUARDO SILVA MENEZES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

I- EQUIPE TÉCNICA

Coordenador da Equipe: Eduardo Silva Menezes

Responsável Técnico: Graziela Barros Coelho – Engenheiro Civil

Membros da Equipe:

- Alan Flores da Mota – Fiscal Ambiental;
- Raul Valentim Corrêa Batista – Diretor geral de Projetos;
- Vanessa Nicoli Maria – Procuradora Jurídica
- Graziela da Silva Barros Coelho – Engenheira Civil;
- Carlos Pio Wallau Vezzosi – Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
- Roitman Sttiver Ribeiro Manganelli – Secretário de Governo e Planejamento;
- Amanda Saldanha Manara – Coordenadora de Ações em Saúde e Ações Sociais.

II - CONSELHO MUNICIPAL HABITAÇÃO

- Eduardo da Silva Menezes
- Kelem Carmo dos Santos
- Roitman Sttiver Manganelli
- João Manoel Camargo
- Marcio André Bitencourt Alves
- Graziela Barros Coelho
- Célio Almeida
- Lourival Severo Mello
- Leonir Biondo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	09
2. METODOLOGIA	10
2.1 CONTEXTO	13
2.1.1 Formação Administrativa.....	13
2.1.2 Fundo, Conselho Gestor e adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	14
2.1.3 Atores Institucionais.....	14
2.1.4 Atores Sociais.....	15
2.1.5 Base de dados existentes	16
2.1.6 Situação Institucional do Setor Habitacional e Capacidade Administrativa para Elaboração do PLHIS	17
2.2 CONTEÚDOS DO PLHIS	18
2.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	18
2.3.1. Estrutura de Organização e Coordenação dos Trabalhos	19
2.3.2. Atribuições e Responsabilidades da Equipe de Trabalho.....	19
2.3.3. Infraestrutura	20
2.4 PRAZOS E CUSTOS PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO.....	20
2.5 ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	21
2.6 REFERÊNCIAS TÉCNICAS E CONCEITUAIS	22
2.7 PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLHIS: REFERÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES	22
2.7.1. Como deve ser entendida esta participação.....	22
2.8 MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.....	23
2.9 ARTICULAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.....	24



2.9.1. Governo do Estado do Rio Grande do Sul assinou contrato para elaborar Plano Estadual de Habitação de Interesse Social	24
2.9.2. Princípios e Diretrizes.....	25
3. DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL.....	27
3.1 INSERÇÃO REGIONAL E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO.....	28
3.1.1. Caracterização dos Tipos de Municípios	31
3.2 ATORES INSTITUCIONAIS E SUAS CAPACIDADES	32
3.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS	32
3.3.1 Estrutura Administrativa Municipal	33
3.4 MARCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS.....	34
3.4.1. Legislação Federal.....	34
3.4.2 Legislação Estadual	35
3.4.3 Legislação Municipal	35
3.5 ARTICULAÇÃO DO PLHIS COM O PLANO DIRETOR.....	36
3.5.1 Articulação do PLHIS com outros planos.....	37
3.6 OFERTA HABITACIONAL	37
3.6.1. Disponibilidade de Solo Urbanizado (Mapas)	38
3.6.2. Produção de Moradias	41
3.7 NECESSIDADES HABITACIONAIS	42
3.7.1. Precariedade Habitacional	44
3.7.2. Déficit Quantitativo e Qualitativo	47
3.7.2.1 Pesquisa Cadastral Municipal.....	49
3.7.3. Compatibilização de Fontes e Metodologias	49
3.7.4. Área Rural	49
3.7.5. Cálculo da Demanda Demográfica Futura: Projeção Taxa de Nascimentos – IBGE CIDADES X Projeção Ministério das Cidades.....	49
4. ESTRATÉGIA DE AÇÃO	51
4.1 DIRETRIZES E OBJETIVOS	51
4.2 PROVISÃO, ADEQUAÇÃO E URBANIZAÇÃO: LINHAS PROGRAMÁTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES.....	53
4.3 LINHAS PROGRAMÁTICAS NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS	54
4.4 PRIORIDADES DE ATENDIMENTO	54



4.5 METAS, RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	54
4.5.1. <i>Metas</i>	56
4.5.2. <i>Recursos</i>	62
4.5.3. <i>Fontes de Financiamento</i>	62
4.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	64
4.7 REVISÃO.....	65
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
6. ANEXOS	69
7. GLOSSÁRIO.....	103



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASS – Aglomerado Subnormal
AEDS – Áreas de Expansão Demográfica
APMs – Áreas de Proteção dos Mananciais
APPs – Áreas de Preservação Permanente
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CADÚNICO – Cadastro Único dos Benefícios de Programas Sociais
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEF – Caixa Econômica Federal
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
COHAB – Companhia de Habitação
Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
ConCidades – Conselho das Cidades
ConLeste – Consórcio Intermunicipal da Região Leste Fluminense
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FDTE – Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP – Fundação João Pinheiro
FMH – Faculdade de Motricidade Humana
FMH – Fundo Municipal de Habitação
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GeoSNIC – Ferramenta de pesquisa desenvolvida pelo Ministério das Cidades
HBB – Programa Habitar Brasil BID
HIS – Habitação de Interesse Social
HMP – Habitação de Mercado Popular
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCC – Índice Nacional da Construção Civil
IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
LOA – Lei Orçamentária Anual
MBES – Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MDU – Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MOVA – Movimento de Alfabetização para Adolescentes e Adultos
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento



NE – Não Especial
OAB – Organização dos Advogados Brasileiros
OGU – Orçamento Geral da União
OGU / FNHIS – Orçamento Geral da União / Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
ONGs – Organizações Não Governamentais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PBQP-H – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PEUC – Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório
PIB – Produto Interno Bruto
PlanHab – Plano Nacional de Habitação
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos
PMRR – Plano Municipal de Redução de Risco
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNH – Política Nacional de Habitação
PNOT – Política Nacional de Ordenamento Territorial
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPAs – Planos Plurianuais
PROSAMIN – Programa Social e Ambiental dos Iguarapés de Manaus
PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RIDES – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SABESP – Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAMI – Santo André Mais Igual
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEAC – Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDU – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André
SEPURB – Secretaria de Política Urbana
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SHM – Sistema de Habitação de Mercado
SMI – Sistema Municipal de Informação
SNHM – Sistema Nacional de Habitação de Mercado
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SNH – Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
ZEIA – Zona de Especial Interesse Ambiental
ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social



1. INTRODUÇÃO

O Município de **Manoel Viana** teve origem primeiramente com o nome de Passo Novo do Ibicuí, localizado no 3º Distrito de São Francisco de Assis, criado pelo Intendente Francisco Pereira Viana. Mais tarde, pela necessidade de uma área para apascentamento dos animais em trânsito bem como repouso dos viajantes, foi feita a divisão, a medição de campos denominado Sesmaria do Ibicuí, foi demarcada um quarto de léguas quadrada, correspondente a 272,5 ha destinada a formação do povoado. Este povoado conservou o nome de Passo Novo do Ibicuí até a criação do Decreto-Lei nº 7.589 de 29 de novembro de 1938, elevando a categoria de Vila, e passando a denominar-se Vila Manoel Viana, em homenagem ao Intendente Coronel Manoel Viana por serviços prestados no período de 1908 a 1916.

Com o início da construção da ponte General Osório sobre o rio Ibicuí em meados de 1945 a 1950 quando foi inaugurada no governo de Dr. Walter Jobim, a vila começou a crescer em todos os setores da economia como também populacionalmente. Em 20 de março de 1992, após muitas lutas dos vianenses, conseguiu a emancipação político-administrativa. Com o Decreto-Lei nº 9.542, assinado pelo Exmº Governador do Estado Alceu Colares, dá-se a criação do novo município, cidade de Manoel Viana.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Plano Local de Habitação de Interesse Social é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, instituído pela Lei Federal 11.124/2005, que objetiva promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo.

Nesse sentido, consideraremos as legislações vigentes:

Art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000).



Lei nº 8.221 de 26 de novembro de 2004: “Dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, reestrutura o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento, e altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências”.

Nos Artigos nº 114, 115 e 116 da Lei Orgânica de Manoel Viana: Disciplina a Política Urbana do Poder Público Municipal, onde serão desenvolvidos os mecanismos constitucionais que compatibilizem as ações de saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano, preservação urbana, preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos, buscando integração a outros municípios nos casos em que exijam ações conjuntas.

Lei Complementar nº 003 de 08 de dezembro de 2004 que “Institui o Plano Diretor de Manoel Viana e dá outras providências”.

O processo de elaboração do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social contemplará três (3) etapas definidas: proposta metodológica, diagnóstico do setor habitacional e estratégias de ação.

2. METODOLOGIA

Nos termos da recomendação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) que tem orientado que a elaboração do PLHIS seja desenvolvida em três etapas: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação. Cada etapa do nosso trabalho corresponde a um produto específico inserido no documento final que consolida o PLHIS como resultado do conjunto desses produtos.

A “**Proposta Metodológica**” em questão estrutura as duas etapas posteriores, norteia procedimentos, define os conteúdos e estabelece como a proposta será pactuada com a sociedade.

O “**Diagnóstico**” deve reunir informações a respeito do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificar os assentamentos precários e levantar suas características urbanísticas, ambientais, sociais e fundiárias. Deve, também, estimar a evolução das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários para enfrentar o problema.

A “**Estratégia de Ação**”, por sua vez, consiste na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social.



Nela devem constar: as diretrizes e objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações; as metas a serem alcançadas e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, por meio de programas ou ações, identificando-se as fontes existentes e ainda, os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento.

Nesta etapa, que apresentamos a seguir, buscamos elaborar uma Tabela do Resumo das Atividades, que vem apresentar as ações que serão desenvolvidas para a concretização do Plano Local de Habitação de Interesse Social, bem como, apresenta também, com ênfase, cada etapa, desde a Cópia da Portaria de Designação da Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS, o Programa do Evento, a Ata da reunião do Conselho Municipal, o Registro Fotográfico da reunião e o Material de Apresentação do palestrante – Capacitação dos Atores, com vistas ao nivelamento de conhecimento.

TABELA DO RESUMO DAS ATIVIDADES

Fonte: Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS – Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

Prazos	1º Mês: 30 dias após a Portaria de designação	2º Mês: 60 dias após a Portaria de designação	3º Mês: 90 dias após a Portaria de designação
Etapas	Etapa 1: Metodologia	Etapa 2: Diagnóstico do Setor Habitacional	Etapa 3: Estratégias de Ação
Descrição	Estrutura de Coordenação e organização dos trabalhos.	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, secretarias, Sistema de Informações Municipais, IBGE, Caixa Econômica Federal, Cad Único, representantes da sociedade civil e pesquisa in loco com aplicação de questionário e comprovação visual.	Diretrizes e objetivos
	Exarar portaria com a composição da equipe da Prefeitura Municipal.	Identificação do Contexto: Inserção regional e características do município, Atores sociais e suas capacidades, Atores sociais e suas capacidades, Marcos legais e regulatórios, Oferta Habitacional.	Provisão, adequação e urbanização: linhas programáticas, programas e ações.
	Definição das atribuições e responsabilidades da Equipe Técnica Municipal	Identificação das Necessidades: Precariedade habitacional, Déficit quantitativo e qualitativo, Cálculo da demanda demográfica futura, Produção habitacional: alternativas, padrões.	Linhas programáticas normativas e institucionais
	Estratégia de comunicação, mobilização e participação população, com identificação dos diferentes atores sociais e institucionais.	Compilação dos dados obtidos e elaboração de tabelas e gráficos.	Prioridades de atendimento
	Divulgar a elaboração do PLHIS no site da prefeitura, da Secretaria Municipal de Habitação e na imprensa.	Conclusão desta etapa com a redação final do Diagnóstico do Setor Habitacional para ser pactuado. No dia 29/10/2010, na sala da SMECTD da Prefeitura Municipal.	Metas, recursos e fontes de financiamento.
	Mecanismos de participação popular e de acesso às informações		Monitoramento, avaliação e revisão.
	Cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas.		Conclusão desta etapa com a redação final das Estratégias de Ação para ser pactuado. No dia 23/11/2010, na sala da SMECTD da Prefeitura Municipal.
	Conclusão desta etapa com a redação final da Metodologia. No dia 04/10/2010, na sala da SMECTD da Prefeitura Municipal.		Realização de Audiência Pública para apresentação e aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social. No dia 28/12/2010, na sala da SMECTD da Prefeitura Municipal.



2.1 CONTEXTO

O contexto a ser abordado no texto da proposta metodológica refere-se ao mapeamento dos atores institucionais e sociais, identificação da base de dados existentes e à capacidade administrativa para execução dos trabalhos.

2.1.1 Formação Administrativa

Da necessidade de se ter um local apropriado para a passagem de cavaleiros e carreteiros, meios de transporte da época, face ao intercâmbio comercial entre as regiões das Missões e da Fronteira escolheu-se uma localidade como sendo a mais adequada chamada de Passo Novo do Ibicuí. O povoado conservou este nome até a criação da vila, chamada de Manoel Viana em homenagem aos serviços prestados pelo Intendente Manoel Viana, no período de 1908 a 1916.

A primeira residência lá construída foi de Inácio Cortes da Silva, seguida de Dorico Marques, Madalena Camargo Saldanha e Mario Brites, entre outros. O povoado tinha poucas famílias até meados de 1945, quando teve início a construção da ponte General Osório sobre o Rio Ibicuí. Inaugurada em 1950, esta representa um passo decisivo para o desenvolvimento desta localidade, por ser um elo de ligação rodoviário de vários municípios, desencadeando um considerável crescimento da população. O local era favorecido pelas excelentes condições geográficas, com solos férteis banhados por grandes bacias hidrográficas como Ibicuí, Itu, Miracatu, Piraju e Taquari.

A partir de então começam a se estabelecer no local agricultores, pecuaristas, comerciantes, além de se instalarem indústrias, tornando a região cada vez mais desenvolvida.

O Rio Ibicuí desempenha função econômica fundamental para Manoel Viana e para os outros municípios por ele banhados. Suas águas são canalizadas para a agricultura, com destaque para a lavoura arrozeira. O município usufrui deste rio também para a pecuária, para as atividades de pesca e extração de areia, garantindo trabalho a um grande número de pessoas.

Este rio também é conhecido como "Rio das Peleias"- metáfora que o poeta Guilherme Schultz Filho utilizou para batizar o rio, por causa da série de episódios bélicos ali desenrolados ao longo dos séculos da formação da história gaúcha. Entre os cursos do Rio Ibicuí e Ibirapuitã



viviam os índios Minuanos. Do seu canto teve origem o termo "Gaúcho", que significa "Gau"-cantar triste, e "quinchua Che" gente.

Manoel Viana é hoje um município muito próspero, graças a fertilidade e a capacidade hídrica de seus solos, destacando-se as culturas anuais do arroz, da soja, do milho, do sorgo e do trigo, sendo a pecuária também bastante desenvolvida.

O município de Manoel Viana foi criado por força da Lei Estadual 9.542, de 20 de março de 1992, no Governo de Alceu Colares, tendo sua primeira Gestão eleita por consenso e que assumiu efetivamente a partir de 01 de janeiro de 1993.

2.1.2 Fundo, Conselho Gestor e adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

A fim de dar encaminhamento ao problema habitacional através de políticas públicas, o município instituiu por **Lei Municipal nº 513 de 14 de dezembro de 1999**, que dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Habitação e Criação do Fundo Municipal a ele vinculado, alterada pela **Lei Municipal nº 556, de 13 de junho de 2000 e Lei Municipal nº 1759, de 02 de setembro de 2009**, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, de outra parte instituiu por **Decreto Individual nº 016, de 09 de setembro de 2009**, a nomeação do Conselho Municipal de Habitação, que contemplou a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção tripartite, sendo 03 das vagas do Seguimento do Poder Público, 03 das vagas para o seguimento da Sociedade Civil e 03 das vagas aos representantes dos movimentos populares, sendo que este revogou os Decretos anteriormente editados para o mesmo fim, levando em conta o termo de adesão firmado pelo Ministério das Cidades e pelo Município de Manoel Viana, em **16 de julho de 2007**.

2.1.3 Atores Institucionais

Mapeamos todos os atores institucionais que atuam ou intervêm na questão habitacional no nível de governo municipal que participaram da elaboração do plano. Levantamos todos os órgãos da administração direta ou indireta, envolvidos, assim como outros atores externos, nos termos que segue:

O município possui secretaria ou setor responsável pela política habitacional?				
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Se SIM, <input checked="" type="checkbox"/> administração direta	Se SIM, <input type="checkbox"/> administração indireta	Nome: <i>Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Públicos</i>	<input type="checkbox"/> Não
Secretarias ou setores que têm interface com o setor habitacional. E a relação desses órgãos com a política habitacional.				
Órgão:		a. Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Públicos		
Interface com o setor habitacional:		a. Coordenadoria de Assistência Social		

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

2.1.4 Atores Sociais

Mapeamos os atores sociais que atuam ou intervêm na área habitacional que propuseram estratégias de mobilização, participação e comunicação. Acolhemos a recomendação, inicialmente, traçando um paralelo com os segmentos sociais representados no ConCidades, com os setores populares, empresariais e acadêmicos. Em seguida, identificamos os atores que representam estes segmentos na cidade, como associações de moradores, universidades, movimentos ambientalistas, associações de classe como a OAB (Organização dos Advogados Brasileiros), o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), etc.

De outra parte cabe ressaltar os princípios do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que são os seguintes:

- **“Direito à Cidade e à Cidadania”**, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.
- **“Gestão Democrática da Cidade”**, entendida como forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular.
- **“Função Social da Cidade e da Propriedade”**, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica no uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano.



Conselhos Municipais criados e regulamentados:					
Conselho das Cidades ou similar			Conselho Municipal de Habitação		
<input type="checkbox"/> Não criado	<input checked="" type="checkbox"/> Criado	Nome: Conselho Municipal das Cidades	<input type="checkbox"/> Não criado	<input checked="" type="checkbox"/> Criado	Nome: Conselho Municipal de Habitação
<input type="checkbox"/> Não ativo	<input checked="" type="checkbox"/> Ativo	Desde: 21 de dezembro de 2010.	<input type="checkbox"/> Não ativo	<input checked="" type="checkbox"/> Ativo	Desde: 14 de dezembro de 1999.
Mapa dos Atores Sociais atuantes no Setor Habitacional					
Instituições de relevante e reconhecida atuação no município em cada um dos seguintes segmentos:					
Movimento Popular	Organização Não-Governamental (ONG)	Sindicato dos Trabalhadores	Entidades Profissionais, de Classe e/ou Acadêmicas	Poder Público Estadual e/ou Federal	
a. Associações de Bairros	a.	a.	a.Representante de Profissionais Ligados à Construção Civil	a.	
b. Representantes dos Mutuários	b.	b.	b.Representante dos Engenheiros Ligados a Programas Habitacionais	b.	
c.	c.	c.	c.Representante da Imprensa Falada e Escrita	c.	
<input type="checkbox"/> Não existe	<input checked="" type="checkbox"/> Não existe	<input checked="" type="checkbox"/> Não existe	<input type="checkbox"/> Não existe	<input checked="" type="checkbox"/> Não existe	

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

2.1.5 Base de dados existentes

Nesta etapa listamos todas as informações para elaboração do Diagnóstico do Setor Habitacional e o Plano propriamente dito, e, ainda, identificamos as fontes. Já neste levantamento inicial, verificamos todas as informações disponíveis, produzidas pelo município e as acessadas por meio de fontes de institutos e trabalhos sobre o tema. Verificamos informações, produzidas ou disponibilizadas por outros setores ou esferas de governo, necessárias e que serão objeto de articulação específica.

Nesse mapeamento preliminar foi fundamental para se estabelecer o conteúdo do plano e o grau de aprofundamento de seus componentes, assim como apontar o volume de trabalho e os recursos humanos e financeiros necessários. Vale ressaltar que esse mapeamento foi o “ponto de partida”, pois o desenvolvimento do plano.

Para exemplificar esse mapeamento, apresentamos a tabela abaixo produzida, listando todas as informações necessárias, onde identificamos a fonte e o responsável por sua produção ou obtenção.



Base de Dados existentes para Elaboração PLHIS			
Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.			
Assunto	Informações Necessárias	Bases, Fontes e Anexos	Responsabilidade pelo levantamento das informações
Metodologia	Mapeamento dos Atores Sociais e Institucionais	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, IBGE, representantes da sociedade civil.	Prefeitura
Diagnóstico do Setor Habitacional	Identificação do Contexto	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, IBGE, Caixa Econômica Federal, Cad. Único e pesquisa in loco.	Prefeitura
	Identificação das Necessidades	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, IBGE, Caixa Econômica Federal, Cad. Único e pesquisa in loco.	Prefeitura
Estratégias de Ação	Linhas Programáticas Normativas e Institucionais	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, PLANHAB.	Prefeitura
	Fontes de Financiamento	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, CEF.	Prefeitura
	Prioridades de Atendimento	Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, representantes da sociedade civil e Conselhos Municipais.	Prefeitura

2.1.6 Situação Institucional do Setor Habitacional e Capacidade Administrativa para Elaboração do PLHIS

Levantamos as condições institucionais e administrativas do município nas áreas habitacional e urbana, principalmente àquelas relacionadas aos recursos humanos. Identificamos as equipes técnicas e operacionais que trabalham nessas áreas, sua composição e qualificação, bem como, sua disponibilização para acompanhar e apoiar a elaboração do plano.

Nº	Nome dos Técnicos da Prefeitura Municipal	Formação	Cargo
1	Graziela da Silva Barros Coelho	Engenharia Civil	Eng. Responsável Técnica da Prefeitura de Manoel Viana
2	Silvia Monteiro	Técnica em Contabilidade e Contadora	Responsável pelo Controle Interno
3	Miriani de Ponti Carloto	Contadora	Tesoureira



4	Raul Valentim Corrêa Batista	Tec. em Contabilidade e Bacharelado em Administração	Diretor Geral de Projetos
5	Catia Simone Duarte Mequelin	Bióloga	Assessora Técnica de Projeto
6	Mario Sérgio Dutra de Dutra	Tec. em Contabilidade e Administração de Empresa	Diretor do Setor de Tesouraria
7	Valdomiro Vieira Martins	Técnico em Agropecuária e Bacharel em Direito	Topógrafo
8	Vanessa Nicoli Maria	Advogada	Procuradora Jurídica do Município
9	Renan Píccoli Machado	Eng. Agrônomo	Chefe do Departamento do Meio Ambiente
10	Alan Flores da Mota	Biólogo	Fiscal Ambiental
11	João Euclides Freitas Portela	Técnico em Contabilidade e Bacharelado em Ciências Contábeis	Responsável pela Contabilidade do Município

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

2.2 CONTEÚDOS DO PLHIS

O PLHIS, tanto do ponto de vista de seu conteúdo como de seu aprofundamento, pode se diferenciar de uma cidade para outra dependendo do contexto de sua elaboração.

Para tanto a “**Proposta Metodológica**”, estruturou as duas etapas posteriores. A proposta norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como ela deverá ser pactuada com a sociedade. Já o “**Diagnóstico do Setor Habitacional**” deve reunir informações a respeito do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificar os assentamentos precários e levantar suas características urbanísticas, ambientais, sociais e fundiárias. Deve, também, estimar a evolução das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários para enfrentar o problema. Para finalizar, as “**Estratégias de Ação**”, por sua vez, consistem na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social. Nelas devem constar: as diretrizes e objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações; as metas a serem alcançadas e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, por meio de programas ou ações, identificando-se as fontes existentes; e ainda, os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento.

2.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O documento da Proposta Metodológica mostra a forma de organização do nosso trabalho para elaboração do PLHIS, incluindo os momentos formais de pactuação dos conteúdos, nos termos da “**tabela do resumo das atividades**” e a divisão de responsabilidades entre esta e a equipe contratada.



2.3.1 Estrutura de Organização e Coordenação dos Trabalhos

Nesta primeira etapa foram definidas a organização e a coordenação dos trabalhos. O município designou uma equipe de coordenação e de elaboração, por meio de uma “**Portaria de designação**”.

A definição das equipes envolvidas no processo, a composição da equipe de coordenação e de elaboração do PLHIS, assim como a definição dos níveis de dedicação dos integrantes destas equipes são desdobramentos do mapeamento dos atores institucionais e da definição do conteúdo do plano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

I - EQUIPE TÉCNICA

Coordenador da Equipe: Eduardo Silva Menezes

Responsável Técnico: Graziela da Silva Barros Coelho – Engenheiro Civil

Membros da Equipe:

- Alan Flores da Mota – Fiscal Ambiental;
- Raul Valentim Corrêa Batista – Diretor Geral de Projeto;
- Vanessa Nicoli Maria – Procuradora Jurídica
- Graziela da Silva Maria – Engenheira Civil;
- Carlos Pio Wallau Vezzosi – Secretário de Agropecuária, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
- Roitman Sttiver Ribeiro Manganeli – Secretário de Governo e Planejamento;
- Amanda Saldanha Manara – Coordenadora de Ações em Saúde e Ações Sociais.

2.3.2. Atribuições e Responsabilidades da Equipe de Trabalho

A Prefeitura Municipal definiu as suas atribuições e responsabilidades para elaboração do Plano, que segue:

São atribuições e responsabilidades da Prefeitura Municipal:

- Designar por portaria a equipe de Coordenação e elaboração do PLHIS;
- Formulação de maneira institucional dos Documentos;
- Levantamento de dados e informações para elaboração do PLHIS;
- Mobilização da População;
- Condução do debate com a população (Atores Sociais);
- Infraestrutura de eventos, comunicação e divulgação;

- Produção Final do PLHIS consolidando todos os documentos das três (3) etapas.

A responsabilidade pela tomada de decisão quanto aos elementos do plano foi dos dirigentes municipais, entre os quais, a definição dos parâmetros de intervenção e custos, a priorização do atendimento, os cenários de investimento municipal e as linhas programáticas. A proposta a ser discutida e aprovada pelos atores sociais foi anteriormente pactuada com esses dirigentes.

2.3.3. *Infraestrutura*

A infraestrutura própria necessária é disponibilizada pelo Poder Executivo para que sejam realizadas as reuniões e Audiências Públicas do plano, onde podemos destacar o uso do Auditório da Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Cultura e Desporto, com capacidade para 100 pessoas e a Sala de Reuniões do Gabinete da Prefeita, com capacidade para 30 pessoas, levando em conta o número de interessados em participar da respectiva discussão, reuniões e Audiências Públicas, bem como, e, em conta também, a relação dos meios e recursos necessários para a efetiva comunicação e divulgação dos trabalhos e dos agentes responsáveis por sua disponibilização, conforme prevê nosso Plano de Comunicação inserido no PLHIS. Ainda é possível contar com os Auditórios das Escolas Estaduais, com capacidades para umas 200 pessoas.

2.4 PRAZOS E CUSTOS PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO

Os prazos e custos de elaboração do PLHIS estão relacionados com o contexto e com as especificidades locais. Depende, entre outros fatores, das características do município, do conteúdo do plano, da disponibilidade de informações e da possibilidade de envolvimento da equipe municipal na produção do plano ou de partes deste.

A Secretaria Nacional de Habitação estima um prazo médio de elaboração do PLHIS de nove meses. O custo de produção do PLHIS tem variado, em média, de R\$ 30 mil a R\$ 200 mil. Vale ressaltar, que os valores financiados pelo FNHIS, no âmbito da Ação de Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, objetivam incentivar e apoiar os municípios, porém, podem ser insuficientes, ainda que somados à contrapartida obrigatória municipal. Cabe ao município, considerando seu contexto e especificidade, estimar o custo de produção do PLHIS e, se necessário, alocar recursos complementares e ou arcar com as despesas totais.



De outra parte e neste caso específico, do nosso município, a Prefeitura Municipal, atendendo o que dispõe a legislação, mesmo não tendo recebido recursos federais para a **elaboração PLHIS, determinou a sua Produção em** um período de três (3) meses, levando em conta o Termo de Adesão que entre si celebram a União, por intermédio do **Ministério das Cidades**, e o **Município de Santa Barbara do Sul – RS**, objetivando a participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, onde são obrigações do MUNICÍPIO:

a) Constituir (*ou adaptar ou apresentar Lei, nos casos de existência prévia*), **até 30 de junho de 2010**, Fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;

b) Constituir (*ou adaptar ou apresentar Lei, nos casos de existência prévia*), **até 30 de junho de 2010**, Conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de $\frac{1}{4}$ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

c) **Apresentar, até 31 de dezembro de 2010, Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda.**

Etapa	Descrição	Prazo
1ª	Proposta Metodológica	30 dias após a Portaria de Designação
2ª	Diagnóstico do Setor Habitacional	60 dias após a Portaria de Designação
3ª	Estratégias de Ação	90 dias após a Portaria de Designação
	TOTAL	90 dias após a Portaria de Designação

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana. IBGE, 2010.

2.5 ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

O tema da participação é um elemento estratégico do conteúdo da Proposta Metodológica, uma vez que é neste documento que se apresenta o modo como se dará a participação da sociedade no processo de elaboração do PLHIS.

O importante é compreender que o envolvimento e o engajamento da sociedade local, por meio das organizações atuantes na área habitacional e urbana, é essencial para garantir a

pactuação de estratégias de ação e o comprometimento com as propostas que serão definidas no Plano.

Ser oriundo de um processo participativo, no qual a representação popular, através de seus diversos segmentos, teve vez e voz de para levantar problemas e propor soluções, essa é a característica que da legitimidade a uma ação de planejamento. Além disso, foi construído por um amplo conjunto de cidadãos das mais diversas procedências, o plano será conseqüente, isto e, capaz de gerar ações de real impacto sobre a problemática, as quais decorrerão de iniciativas propostas e pactuadas por um amplo leque de representação popular. Assim, esta participação assume extrema importância para o processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município, e a colaboração de pessoas pertencentes não somente ao setor publico, mas especialmente membros da sociedade civil organizada, através da representação destas entidades presentes no Conselho, tornam-se imprescindível.

2.6 REFERÊNCIAS TÉCNICAS E CONCEITUAIS

Participação e controle social não são temas desconhecidos. Muito se fala a respeito de sua importância e vários instrumentos e mecanismos de participação, como os conselhos, foram criados em diversas áreas e níveis de governo. Na área habitacional, muitos desses instrumentos são estimulados pelo Ministério das Cidades no quadro da Política Nacional de Habitação.

Participação e Controle Social: Conselho Municipal de Manoel Viana, 2010.		
Descrição	Fonte: IGBE	Fonte: Sistema de Informação Municipal
	2001	2010
Conselho na área de habitação existência	Sim	Sim
Conselho na área de habitação realizou reuniões	Sim	Sim
Conselho na área de habitação: periodicidade das reuniões	Regular	Mensal
Conselho paritário na área de habitação	Sim	Sim
Fundo municipal na área de habitação existência	Sim	Sim

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana. IBGE, 2010.

2.7 PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLHIS: REFERÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLHIS: REFERÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

2.7.1 Como deve ser entendida esta participação?

Como é possível adotar “**participação direta**” ou “**participação representativa**” para discutir o PLHIS, neste caso, fizemos à escolha no nível de participação representativa, onde se



pode propor a discussão no conselho existente e atuante, estabelecendo discussões, reuniões e Audiências Públicas. A discussão no conselho pode permitir um maior aprofundamento do debate, por se tratar, normalmente, de interlocutores que já vêm discutindo as questões em pauta, porém, mobilizam-se mais aqueles que já têm experiência de participação e militância.

A participação da representação popular pressupõe uma relação de troca entre gestão municipal e população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos. Trata-se de criar condições para que se realize um **intercâmbio de saberes**: de um lado, os que detêm um “**conhecimento técnico**” sobre a realidade urbana e que estão no Governo e, do outro lado, um “**saber popular**”, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções.

Conclui-se, nessa perspectiva, que a participação cidadã é um conceito amplo, que aponta para o fortalecimento de mecanismos democráticos.

A participação envolve:

- a) Adequado sistema de geração e circulação de informação, com a constituição de canais de participação;
- b) Espaços de negociação de conflitos e momentos de pactuação;
- c) Interação entre saber técnico e saber popular;
- d) Processo de mobilização social;
- e) Processo de aprendizagem coletivo;
- f) Processo de decisões;
- g) Compromisso do Governo para fazer valer as decisões.

2.8 MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A nossa Proposta Metodológica estabeleceu por meio do “**Plano de Comunicação**” a estratégia de divulgação dos eventos e de mobilização da comunidade para participar das discussões, reuniões e audiências públicas, nos termos da tabela com o resumo das atividades.

**PLANO DE COMUNICAÇÃO****PLHIS: MANOEL VIANA - RS**

DESTINO	CONTEÚDO	FONTE	CANAL	FREQUÊNCIA	ARMAZENAMENTO
População	Informar o andamento e fazer convite para discussão pactuação e aprovação do PLHIS	Prefeitura e Equipe de Coordenação e elaboração do PLHIS	Rádio/ Jornal/ Cartaz/	No mínimo periodicidade mensal a cada etapa	Arquivo/ Banco de Dados
Conselho	Informar o andamento e fazer convite para discussão pactuação e aprovação do PLHIS	Prefeitura e Equipe de Coordenação e elaboração do PLHIS	Rádio/ Jornal/ Cartaz e Circular	No mínimo periodicidade mensal a cada etapa	Arquivo/ Banco de Dados
Equipe da Prefeitura	Informar o andamento e convite para Reuniões de trabalho	Prefeitura e Equipe de Coordenação e elaboração do PLHIS	Memorando, telefone, email	Sempre que necessário	Arquivo/ Banco de Dados
Prefeito	Informar o andamento do trabalho	Prefeitura e Equipe de Coordenação e elaboração do PLHIS	Reuniões	Sempre que necessário	Arquivo/ Banco de Dados

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

No caso do nosso município, na elaboração do PLHIS, foram realizadas Reuniões e Audiências Públicas abertas e, ainda, utilizamos as seguintes alternativas de divulgação: anúncio no Site da Prefeitura Municipal; acionamento da Imprensa e Mídia local e comunicação aos membros do Conselho Municipal.

2.9 ARTICULAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

2.9.1. Governo do Estado do Rio Grande do Sul assinou contrato para elaborar Plano Estadual de Habitação de Interesse Social

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, assinou no dia 27 de outubro de 2009, o contrato para a Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

A consultoria vencedora do processo de licitação conduzida pela Central de licitações prevê um investimento total de R\$ 337,9 mil com recursos do Ministério das Cidades, através da Caixa Federal, de R\$ 245,8 mil e do governo do Estado de R\$ 92,1 mil.



O contrato foi assinado pelo secretário de habitação, Marco Alba, pelo diretor-presidente da empresa, Gevasi Perroni e pelo gerente regional da Caixa Econômica Federal, Rubem Danilo Pickrodt. Também estava presente no ato, o diretor de habitação da Sehadur, Marcelo Soares.

Segundo o secretário de habitação, Marco Alba, o objetivo do Plano é formular estratégias de enfrentamento das necessidades habitacionais do Rio Grande do Sul. A partir disso, definir prioridades, recursos, meios, prazos e metas a serem atingidas no sentido de construir uma política habitacional forte e também habilitar o Estado a receber recursos do Fundo Nacional de Interesse Social - FINIS.

Conforme Marco Alba, o prazo para execução dos trabalhos será de oito meses. Neste período a empresa e a Sehadur estarão promovendo uma série de encontros com entidades representativas da sociedade para fortalecer o projeto e, assim, atender os princípios fundamentais de uma política pública que contemplem o desenvolvimento, a sustentabilidade, o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

2.9.2 Princípios e Diretrizes

Os princípios e diretrizes do PLHIS da política habitacional municipal vão nortear a definição das estratégias de intervenção, linhas programáticas e prioridades de investimento. Foram, portanto debatidos com atores institucionais e sociais.

Por tal razão, foram observados os seguintes princípios, que também regem a Política Nacional de Habitação, acolhidos e considerados no processo de elaboração do Plano:

- ❑ Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988;
- ❑ Moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
- ❑ Compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;



- ❑ Função social da propriedade urbana, buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada;
- ❑ Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;
- ❑ Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- ❑ Planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano.

Por outro lado, indicamos as seguintes diretrizes para incorporação no Plano Local de Habitação de Interesse Social:

- ❑ Prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de Menor Renda, articulados no âmbito Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;
- ❑ Utilização prioritária de incentivos ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;
- ❑ Utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- ❑ Sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;
- ❑ Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade e outros;
- ❑ Incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional;
- ❑ Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
- ❑ Observação de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea “a” deste inciso; e
- ❑ Desenvolvimento institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade, com a criação de órgão próprio ou com a internalização de algum órgão já estruturado e relacionado com a problemática da habitação e que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários.

3. Diagnóstico do Setor Habitacional

O diagnóstico ora elaborado aponta a quantificação e qualificação da oferta e das necessidades habitacionais e a identificação dos limites e potencialidades do quadro político-institucional e financeiro existentes no governo local.

O diagnóstico foi elaborado com o levantamento de dados junto à Prefeitura Municipal, Secretarias, IBGE e outras instituições e será consultado constantemente, tanto na etapa da elaboração das estratégias de ação do PLHIS como no processo de sua execução. É, portanto, um instrumento de gestão da política habitacional que orienta as tomadas de decisões. Para facilitar a elaboração e a utilização do diagnóstico do PLHIS organizamos os conteúdos citados em dois grandes tópicos: contexto e necessidades habitacionais.

A população total do **Brasil** é de **169.799.170 habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. A densidade demográfica é de 19,92 habitantes por km², em uma área total de 8.514.205 km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,766, segundo informações colhidas no Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A população total do Estado de **Rio Grande do Sul** é de **10.187.798 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. A Densidade Demográfica é de 36,14 habitantes por km². A área é de 281.734 km², representando 48,88% da Região Sul e 3,30% de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,814, segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A população total do Município de **Manoel Viana** era de **6.995 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Sua Área é de **1.391 km²** representando **0.5172 %** do Estado, **0.2468 %** da Região e **0.0164 %** de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de **0.754**, segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Síntese Demográfica

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
População Total	-	-	-	6.995	11.679
Masculina	-	-	-	3.575	5.805
Feminina	-	-	-	3.420	5.825
Urbana	-	-	-	5.270	8.826
Rural	-	-	-	1.725	2.853
Taxa de Urbanização (%)	- %	- %	- %	75,3%	75,6%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativas de 2007. <http://geosnic.cidades.gov.br>

Dados e indicadores referentes à Infraestrutura

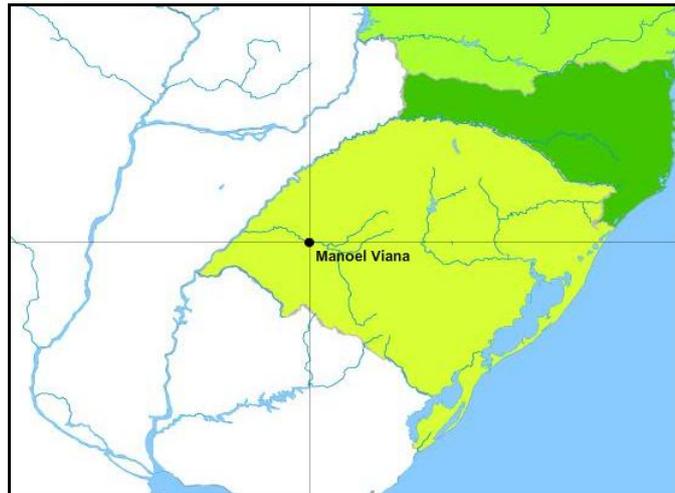
Esta área temática apresenta os dados e os indicadores referentes à infraestrutura. As informações estão organizadas por número de domicílios particulares permanentes e moradores.

Esta área temática reúne resultados de número total de domicílios particulares permanentes e moradores.

3.1 Inserção regional e características do Município

A coleta ou sistematização das principais informações sobre o nosso município, fazendo sua inserção micro e macro regional e sua relação com os municípios vizinhos, se deu através do acesso ao site da FAMURS.

O Município de **Manoel Viana**, localizado na Região Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, integra a AMFRO – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste, distante da Capital do Estado 468 km. Tem como via de acesso a BRS-116 BRS-386 BRS-287 ERS-241 RSC-377. Tem sua data de criação em 20/03/1992 pela Lei 9.542 /1992. A Prefeitura Municipal tem sua sede na Rua Walter Jobin, 171, seu 97640-000; o município é de Porte Pequeno, sua altitude (m) 113, possui uma área (Km²) 1390,7, latitude -29,589 e longitude -55,483, integra a Microrregião de Campanha Ocidental.



Fonte: IBGE, 2010.

Caracterização do Território	Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e Campanha Ocidental
Área	1.391,4 km²
Densidade Demográfica	5,08 hab/km²
Altitude da Sede	113 m
Ano de Instalação	1993
Distância da Capital do Estado	468 Km
Microrregião	Campanha Ocidental
Mesorregião	Sudoeste Rio-Grandense

☐ Índice de Desenvolvimento Humano

	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	-	-	-	0,754
Educação	-	-	-	0,875
Longevidade	-	-	-	0,753
Renda	-	-	-	0,634

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Infraestrutura: Domicílios particulares e moradores	Fonte: IBGE	
	Ano Referência 2000	
	Domicílios	Moradores
Total	2.017	6.481
Próprio	1.509	4.878
Próprio já quitado (a)	1.426	4.623
Próprio em aquisição (b)	83	255
Alugado (c)	255	822
Cedido	248	766
Cedido por empregador (d)	125	397
Cedido de outra forma (e)	123	369
Outra forma (f)	5	15

❑ Desenvolvimento Econômico

PIB e PIB Per Capita					
Fonte: IpeaData, 2010.					
	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (R\$ mil)	44.769	41.119	49.387	38.889	32.577
PIB per Capita (R\$)	6.263	5.669	6.697	5.191	4.195

Indicadores de Renda				
	1970	1980	1991	2000
Renda Familiar per capita Média (salários mínimos de 1991)	-	-	-	-
Percentual de Pobres (%)	-	-	-	44,8

Fonte: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998

O Município de Manoel Viana faz divisa com:

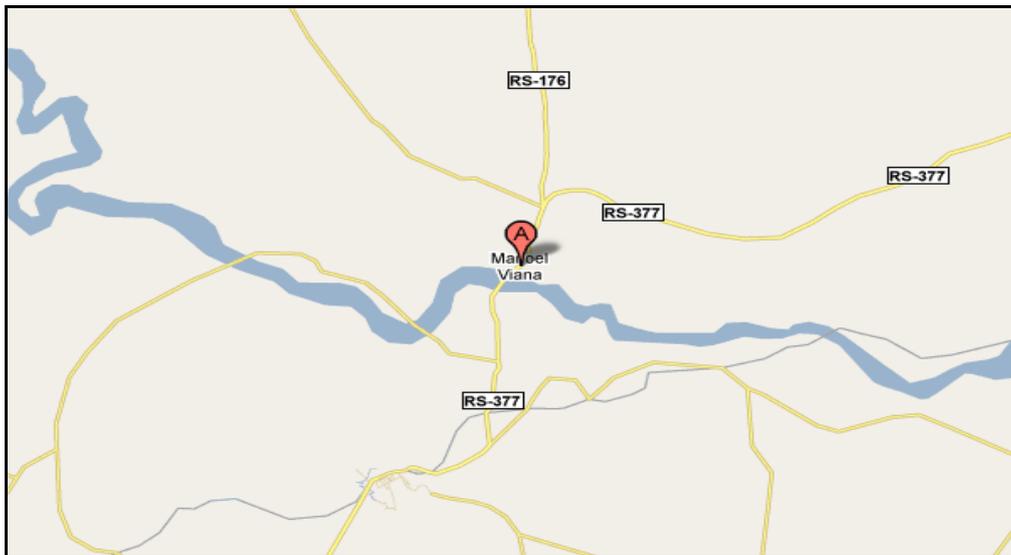
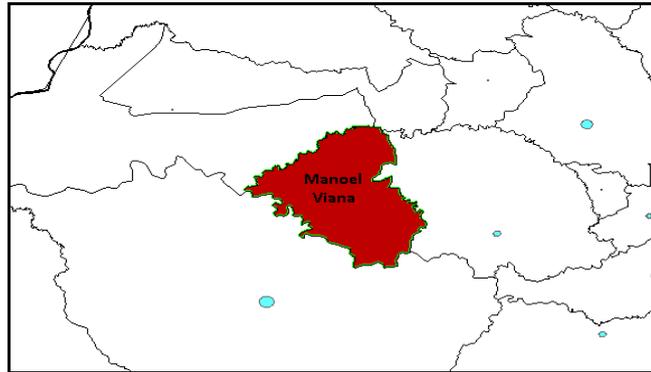
Ao Norte: Itaqui e Maçambará

Ao Sul: Alegrete

Ao Leste: São Francisco de Assis

Ao Oeste: Alegrete

Ao Noroeste: São Borja



3.1.1. Caracterização dos Tipos de Municípios

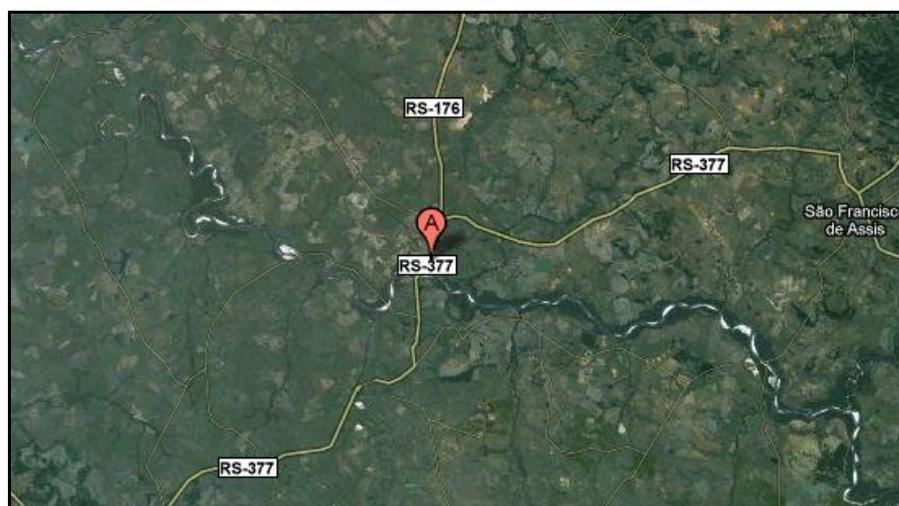
O Plano Nacional de Habitação - PlanHab, nos Estudos Técnicos de Caracterização dos Tipos de Municípios, realizada pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Habitação por meio do Depto. de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, considerou o Município de **Manoel Viana-RS**, na tipologia utilizada pelo PlanHab J, classificada como: “Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com baixo dinamismo.” O município não integra o Território da Cidadania, e ainda não integra a Região Metropolitana a – RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) ou aglomeração urbana.

PLANHAB	Tipologia de Municípios utilizada nas Análises	
Mais de 100 mil habitantes	A	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo
	B	Principais aglomerações e capitais ricas
	C	Aglomerados e capitais prósperas N e NE
	D	Aglomerados e centros regionais Centro Sul



	E	Aglomerados e centros regionais N e NE
Entre 20 e 100 mil habitantes	F	Centros urbanos em espaços rurais prósperos
	G	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo
	H	Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza
Menos de 20 mil habitantes	I	Pequenas cidades em espaços rurais prósperos
	J	Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com baixo dinamismo
	K	Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com alto dinamismo

Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública / LabHab-Fupam / Logos Engenharia, a partir do Estudo Tipologia das Cidades Brasileiras do Observatório das Metrôpoles, 2005.



Fonte: Google Mapas, 2010.

3.2 ATORES INSTITUCIONAIS E SUAS CAPACIDADES

Levantamos as informações sobre as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional e sua capacidade de atuação. Estas informações são importantes tanto para promover a participação na elaboração do PLHIS como para a sua execução. As informações institucionais e administrativas possibilitaram a identificação de ações necessárias para que os governos municipais tenham capacidade de planejamento, gestão e investimento no setor habitacional.

3.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

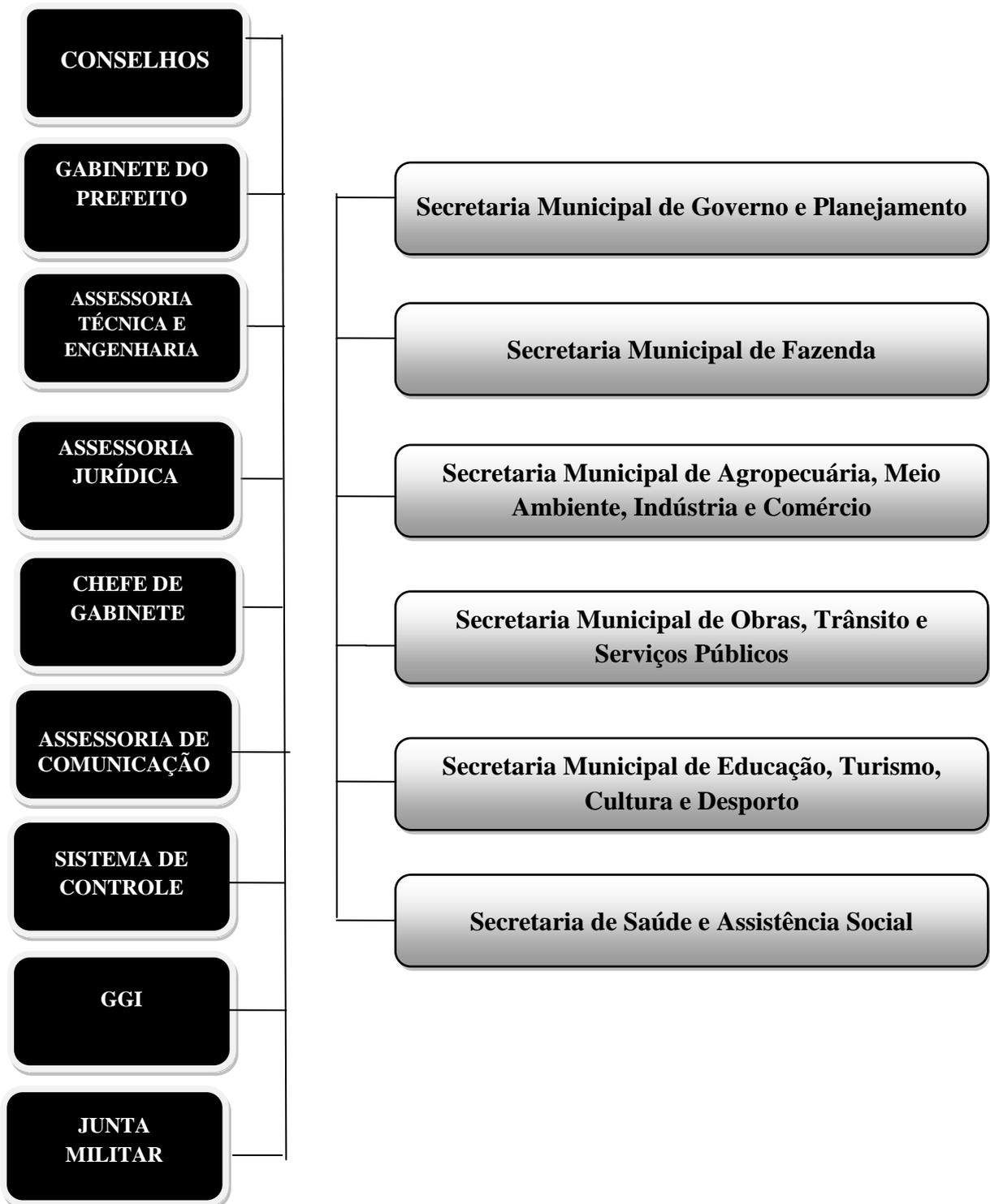
As informações institucionais e administrativas possibilitam a identificação de ações necessárias para que os governos municipais tenham capacidade de planejamento, gestão e investimento no setor habitacional.



3.3.1. Estrutura Administrativa Municipal

O organograma da Prefeitura Municipal compreende 06 (seis) Secretarias Municipais.

ORGANOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL



A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH, é responsável ainda pela questão habitacional de interesse social, como parte de sua estrutura. A SMASH é responsável pela alimentação, guarda e atualização do Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que abrange quase que a totalidade das famílias-alvo dos programas de habitação social, sem desconsiderar que conta com um limitado quadro de recursos humanos.

Nº	Nome dos Técnicos do Setor Habitacional	Formação	Cargo
1	Graziela Barros Coelho	Engenharia Civil	Eng. Responsável Técnica da Prefeitura Municipal
2	Valdomiro Vieira Martins	Técnico em Contabilidade, Agropecuária e Bacharel em Direito	Topógrafo do Município
3	Raul Valentim Corrêa Batista	Téc. em Contabilidade e Bacharelado em Administração	Diretor Geral de Projetos
4	Catia Simone Duarte Mequelin	Bióloga	Assessora Técnica de Projeto
5	Amanda Saldanha Manara	Psicóloga	Coordenadora de Assistência Social
6	João Euclides Portela	Téc. em Contabilidade e Bacharelado em Ciências Contábeis	Responsável pela Contabilidade do Município
7	Vanessa Nicóli Maria	Advogada	Procuradora Jurídica do Município

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

3.4 MARCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

O diagnóstico do PLHIS identificou os marcos Regulatórios e Legais existentes de competência dos três entes federativos. Neste caso, tratou especialmente da legislação municipal que precisa ser revista ou elaborada, tanto na perspectiva de promover a urbanização e regularização dos assentamentos, como na perspectiva de ampliar o acesso à terra da população de menor renda.

3.4.1 Legislação Federal

- A Lei 9.514 de 1997, que além da instituição do SFI, disciplina o instrumento da alienação fiduciária;



- A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, Lei nº. 10.257;
- A criação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e o estabelecimento do regime de afetação (MP 2.212/01, regulamentada somente em 2004, Lei 10.931), além do aperfeiçoamento dos instrumentos do SFI – LCI e CCI (MP 2.223/01);
- A instituição do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), em 2004 (Lei nº. 10.859), e o estabelecimento da isenção de imposto de renda sobre ganhos de capital na venda de imóveis de qualquer valor desde que o valor recebido seja utilizado na compra de outro imóvel em um período máximo de 180 dias (MP 252);
- A Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, cuja vigência teve início em maio de 2005, estabelecendo novas diretrizes para aplicação dos recursos do FGTS, destacando-se a nova distribuição entre as áreas orçamentárias que garante a alocação de 60% para Habitação Popular, 30% para Saneamento Básico, 5% para Infraestrutura Urbana e 5% para Habitação/Operações Especiais, e instituindo, ainda, novo modelo de concessão dos descontos dirigidos (subsídios) a financiamentos a pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.500,00;
- A Lei 10.931 de 2004, que estabeleceu o patrimônio de afetação, com regime especial de tributação e o valor incontroverso nos contratos de financiamento;
- A criação, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Lei nº. 11.124.

3.4.2 Legislação Estadual

- Resoluções do CONAMA
- Resoluções do CGFNHIS

3.4.3 Legislação Municipal

Trata-se de conhecer as normas que orientam e controlam o uso, a ocupação e a urbanização do solo e as leis que disciplinam o parcelamento do solo nos termos da planilha. Em muitos casos, dependendo das características específicas de cada território, é necessário entender como incidem as normas que regulam outras questões, como a questão ambiental e do patrimônio histórico.



Descrição da Legislação Municipal	Existência	Nº da Lei
Lei Orgânica	Sim	Promulgada
Plano Diretor	Sim	Lei Complementar Nº 003/2004
Lei de Uso e Ocupação do Solo	Não	
Código de Posturas	Sim	Lei Municipal Nº 818/2003
Código de Vigilância Sanitária	Sim	Lei Municipal Nº 584/2000
Código de Obras	Sim	Lei Municipal Nº 004/1993
Lei de Perímetro Urbano	Não	
Orçamento Municipal	Sim	Lei Municipal Nº 1.789/2009
Lei de Diretrizes Orçamentárias	Sim	Lei Municipal Nº 1.774/2000
Plano Plurianual	Sim	Lei Municipal Nº 1.747/2000
Plano Saneamento	Não	Está em processo de finalização.
Plano de Regularização Fundiária Sustentável	Não	
Plano Ambiental	Sim	Aprovado na Câmara Técnica do Estado

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

3.5 ARTICULAÇÃO DO PLHIS COM O PLANO DIRETOR

O PLHIS está articulado com o Plano Diretor e a sua legislação complementar. Essa articulação é necessária tanto para promover a urbanização e a integração dos assentamentos existentes como para frear o crescimento desses. Sem dúvida, é necessário recuperar a cidade ilegal, ou seja, recuperar ambientalmente os assentamentos precários, dotando-os de infraestrutura e equipamentos urbanos. Repetindo, porém, o que é dito pela professora Ermínia Maricato, se a ação for apenas esta estaremos “enxugando gelo”.

Para evitar a continuidade desta ocupação precária é necessário oferecer alternativas para ampliar o acesso da população de menor renda ao mercado formal da habitação. Isso significa mudar o rumo da política urbana na direção de incorporar, na prática, a função social



da propriedade, assim como aprimorar e consolidar o Sistema Nacional de Habitação (SNH), canalizando recursos e subsidiando a moradia para a população de mais baixa renda.

3.5.1 Articulação do PLHIS com outros planos

O município identificou nos termos que segue os planos assinalados elaborados que estão em sintonia com PLHIS, em função da especificidade e características de seu território e dos problemas habitacionais e urbanos, de maneira que está articulado com outros planos que devem ser elaborados, tais como:

- ❖ **Gerenciamento e Eliminação de Situações de Risco**, que consiste na execução de obras para a eliminação de situações de risco e/ou no monitoramento destas áreas. Tal monitoramento pode ser realizado através da realização de estudos e de ações, entre outras, como vistorias periódicas, ações sócio-educativas, avaliação de risco e execução de obras de consolidação geotécnica.
- ❖ **Contenção de Invasões**: que consiste no controle e fiscalização para inibir o processo de invasões.
- ❖ **Recuperação de Conjuntos Habitacionais**, promovidos pelo setor público, destinados à população de baixa renda que se encontram degradados: consiste na execução de reforma de edificação, construção ou recuperação de equipamentos comunitários e/ou obras de infraestrutura, tais como drenagem, pavimentação, paisagismo, consolidação geotécnica, e, mobiliário - urbano.
- ❖ **Apoio à Remoção Temporária**: subsídio financeiro destinado à população de baixa renda que habita assentamentos precários em processo de urbanização ou áreas de risco ou ainda que se encontre em situação de vulnerabilidade social para acesso temporário a unidades habitacionais de terceiros.
- ❖ **Indenização**: subsídio financeiro destinado à população de baixa renda que habita assentamentos precários em processo de urbanização ou áreas de risco para aquisição de moradia.

3.6 OFERTA HABITACIONAL

A demanda por habitação em nosso trabalho realizado considerou as condições em que ocorre a oferta de habitação, que envolve tanto a produção de moradias quanto as condições de oferta e acesso a terra, incluindo a disponibilidade de infraestrutura urbana.



3.6.1 Disponibilidade de solo urbanizado

Neste contexto, caracterizamos a oferta e a disponibilidade de solo urbanizado para a população de menor renda, que passou a ser identificada no mapa que aponta a existência de áreas vazias (públicas e privadas) urbanizadas e ou na área de expansão adequadas para a habitação social, podendo registrar a quantia necessária apurada no levantamento com um total de 48.250 metros quadrados para atender a demanda habitacional. Conforme o ANEXO Q – Mapa (Cartográfico) da indicação de Área de Terra.



Plano Diretor Participativo – Situação após a aprovação do Estatuto da Cidade				<input type="checkbox"/> Aprovado	<input type="checkbox"/> Em revisão	<input type="checkbox"/> Em discussão na Câmara dos Vereadores	<input checked="" type="checkbox"/> Não foi elaborado	Lei nº:	Ano:
Zonas Especiais de Interesse Social – Áreas Ocupadas				Zonas Especiais de Interesse Social – Áreas Vazias			IPTU		
O instrumento está previsto?	Já foi iniciada a aplicação das ZEIS em áreas ocupadas?	As ZEIS estão delimitadas no território?	Todos os assentamentos precários consolidáveis estão delimitados como ZEIS?	O instrumento está previsto?	Já foi iniciada a aplicação das ZEIS em áreas vazias?	Existem áreas vazias delimitadas como ZEIS?	O município cobra IPTU?	O município atualiza a Planta Venal de Valores (ou Planta Genérica de Valores)?	O IPTU é progressivo?
<input type="checkbox"/> Sim, no Plano Diretor	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim, no Plano Diretor	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Sim, em Lei Específica	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, em Lei Específica	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim, na Lei de Uso e Ocupação do Solo		Qual o n.º de ZEIS delimitadas?		<input type="checkbox"/> Sim, na Lei de Uso e Ocupação do Solo		Quantas áreas foram delimitadas como ZEIS?	<input type="checkbox"/> em parte	Última atualização: 2004 e agora está sendo realizado novamente	<input type="checkbox"/> No espaço
<input checked="" type="checkbox"/> Não está previsto		Qual a área (ha) total delimitada?		<input checked="" type="checkbox"/> Não está previsto		Qual a dimensão das áreas delimitadas?			



Parcelamento, Urbanização ou Edificação Compulsória				Outorga Onerosa do Direito de Construir				
O instrumento está previsto no Plano Diretor	As áreas onde o incide o instrumento estão delimitadas?	A aplicação deste instrumento já está regulamentada?	Já foi iniciada a aplicação do instrumento?	O instrumento está previsto no plano?	As áreas onde incide o instrumento estão delimitadas?	A aplicação deste instrumento já está regulamentada?	Já foi iniciada a aplicação do instrumento?	Como são aplicados os recursos arrecadados com a aplicação do instrumento?
(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	(X) Sim	Gasto através do Fundo Municipal de Habitação auxiliando pessoas carentes na melhoria da habitação
() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	
Existem parâmetros urbanísticos especiais para produção de HIS em ZEIS?		Existem parâmetros urbanísticos especiais para produção de HIS fora de ZEIS?		Qual o tamanho mínimo do lote de HIS?		Qual a fração ideal de terra (média) por domicílio nos conjuntos habitacionais verticalizados (com até cinco pavimentos) promovidos pelo setor público e destinados à baixa renda na cidade?		Qual a fração ideal de terra (média) por domicílio nos conjuntos habitacionais horizontais promovidos pelo setor público e destinados à população de baixa renda na cidade?
() Sim	(X) Não	() Sim	(X) Não	150m ²		350m ²		350m ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

3.6.2 Produção de moradias

Com relação à produção de moradias, caracterizamos, além das diferentes modalidades de atendimento, a atuação dos setores público (federal, estadual e municipal), privado e da própria população.

Programas e Projetos Habitacionais do Município

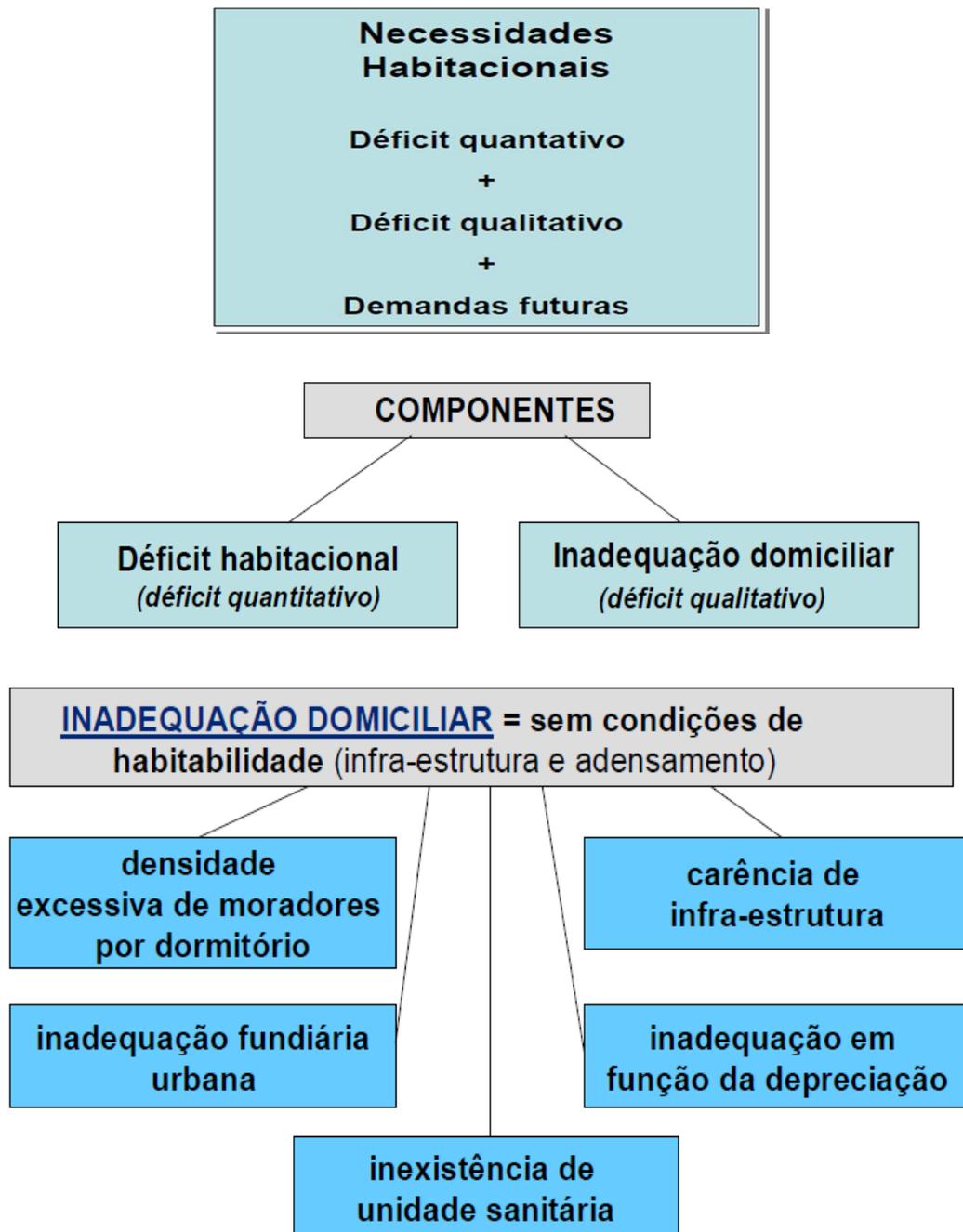
Já desenvolvidos pelo Município	Nome:	Necessidades Atendidas	Fontes de Recursos
	COHAB - RS	08 Famílias de baixa renda	Estado
	Pró-Moradia	100 Famílias de baixa renda	Federal
	Habitar Brasil	08 Famílias de baixa renda	Federal
	Morar Melhor	20 Famílias de baixa renda	Federal
	SOS Enchente	13 Famílias de baixa renda	Estado
Atualmente desenvolvidos pelo Município	Projeto:	Descrição	Valor do Investimento
	Minha Casa Minha Vida	Produção de Moradias	520.000,00
	Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	Produção de Moradias	621.000,00
Balanco da Produção Habitacional entre 2005/2008	Produção de Unidades Habitacionais	N.ºde unidades aprovadas no município entre 2005 e 2008: Área Rural e Urbana (Casas e Apartamentos)	-x-
	Produção de Lotes Urbanizados	N.ºde lotes aprovados entre 2005 e 2008:	-x-
	Melhorias Habitacionais e Material de Construção	Estimativa do n.ºde famílias beneficiadas entre 2005 e 2008:	-x-
	Urbanização de Assentamentos Precários	N.ºde famílias beneficiadas entre 2005 e 2008:	-x-
Políticas e Programas	Descrição		Existência: IBGE/Prefeitura
	Ações ou programas na área de habitação		Sim
	Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais		Sim
	Programa de construção de unidades		Sim
	Órgão específico para implementação de política habitacional		Sim
	Outros programas e ações		Sim
	Programa de melhoria dos cortiços		Não
	Programa de oferta de lotes		Não
Programa de oferta de material de construção		Não	



	Programa de regularização fundiária	Não
	Programa de urbanização e assentamentos	Sim
	Tamanho do lote mínimo	250 m²

3.7 NECESSIDADES HABITACIONAIS

Identificamos as necessidades habitacionais existentes no território, que é fundamental para a adequada formulação do PLHIS, pois foram mensuradas e caracterizadas, permitindo que sejam analisadas.



Custo de projeto por metro quadrado – Reais – IBGE - Fevereiro 2010

Tipo de Projeto Padrão de acabamento = Normal	Unidade da Federação				
	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Paraná
Casa popular, 1 pavimento, varanda, sala, 2 quartos, circulação, banheiro e cozinha	860,64	864,01	762,10	746,87	773,21
Casa popular, 1 pavimento, sala, 2 quartos, circulação, banheiro e cozinha	959,62	963,46	851,15	832,70	864,1

Custo médio por família por tipo de intervenção

Tipos de Intervenção	Custo médio do PLANHAB (R\$)	Custo médio do Município (R\$)	Diferença % de Fonte A-B
Reconstrução de unidades habitacionais	23.000,00	23.000,00	0%
Urbanização complexa	11.000,00	11.000,00	0%
Urbanização simples	5.500,00	5.500,00	0%
Regularização Fundiária	300,00	2.500,00	833%
Trabalho Social	300,00	300,00	0%

Volume total de Recursos Orçamentários do Município Aplicados em Habitação no período de 2005-2008

Ano	Valor Aplicado	% Orçamento executado do Município
2005	R\$ 9.704,20	0,14
2006	R\$ 22.261,01	0,27
2007	R\$ 12.726,49	0,14
2008	R\$ 36.975,20	0,37

Quadro Geral das necessidades habitacionais do Município

Necessidades habitacionais do Município	Quantidade	Custo médio por família (compatibilização de fontes)	Valor total (R\$)
Recursos necessários para urbanizar os Assentamentos Precários (TRAÇADO REGULAR)	980	5.500,00	5.390.000,00
Recursos necessários para urbanizar os Assentamentos Precários (AGLOMERADO)	284	11.000,00	3.124.000,00
Recursos necessários para promover a regularização fundiária dos Assentamentos Precários	1.264	2.500,00	2.160.000,00



Recursos necessários para a construção de novas moradias	193	23.000,00	4.439.000,00
Recursos necessários para aquisição ou desapropriação de terras, caso o município não possua estoque suficiente de terras públicas para atender a demanda habitacional	193	7.000,00 Valor médio de um terreno de 150 m2	1.351.000,00
Recursos necessários para desenvolver outros programas habitacionais, com requalificação habitacional, eliminação e gerenciamento de risco, APP e recuperação de conjuntos habitacionais.	47	30.000,00 (Casa e terreno)	1.410.000,00

As tipologias habitacionais utilizadas pelo setor público no município

Tipologias Habitacionais	Qual o custo de produção por UH?	Data da Informação
a.Casa popular 36m2, 02 dormitórios, sala e cozinha conjugada e banheiro.	23.000,00	01/12/2010

3.7.1 Precariedade Habitacional

No tema versando sobre tipologias, passamos a realizar o dimensionamento e caracterização dos tipos de assentamentos, número de domicílios, perfil da população, tipo de intervenção, regularidade urbanística, características físicas e regularidade fundiária nos termos da **Tabela de Caracterização das Áreas – PLHIS**, com levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe da Prefeitura Municipal, realizado pelo Engenheiro e pela Assistente Social no ano de 2010, conforme os termos do registro que segue:

**TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS – PLHIS**Levantamento “in loco” e “coleta de dados”.
Fonte: Equipe da Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

Ficha	Nome/ Localidade	Tipos de Assentamentos	Nº de Domicílios	Perfil/ População	Tipos de Intervenção	Regularidade Urbanística	Características Físicas	Regularidade Fundiária
1	Centro da Cidade, Bairros e Imediações	Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo... Loteamentos Irregulares e Clandestinos	980	Baixa e Média Renda	Consolidável Urbanização (Simples)	Rede de Água Potável 100% Sistema de Esgoto/Fossa 20% Energia Elétrica 98% Pavimentação 35% Média Densidade	Terreno Adequado Moradias Passíveis de Adequação Traçado Regular Assentamento Consolidável	Privada Proprietário
2	Moradores que invadiram parte da Área da Rua Arno Nemitz	Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo...	07	Predomina Baixa Renda	Não Consolidável Reassentamento (Total)	Rede de Água Potável 100% Energia Elétrica 100% Baixa Densidade	Assentamento Não Consolidável	Reassentamento (Total)
3	Moradores de Beira de Rio: Ibicuí, Itu, Caraguatai, Piraju e Miracatu	Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo...	40	Baixa e Média Renda	Não Consolidável Reassentamento (Total)	Rede de Água Potável 64% Sistema de Esgoto/Fossa 25% Energia Elétrica 100% Está em APP (margem de rio) Baixa Densidade	Assentamento Não Consolidável	Reassentamento (Total)



4	Barragem do Itu	Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo... Loteamentos Irregulares e Clandestinos	236	Predomina Média Renda	Consolidável Urbanização complexa	Rede de Água Potável 90% Sistema de Esgoto/Fossa 06% Energia Elétrica 100% Pavimentação 80% Baixa Densidade	Terreno Adequado Moradias Passíveis de Adequação Aglomerado Assentamento Consolidável	Privada Proprietário
5	Lajeado do Quebrado	Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo... Loteamentos Irregulares e Clandestinos	48	Predomina Baixa Renda	Consolidável Urbanização complexa	Rede de Água Potável 100% Energia Elétrica 100% Pavimentação 06 % Baixa Densidade	Terreno Adequado Impróprio Moradias Passíveis de Adequação Aglomerado Assentamento Consolidável	Privada Proprietário

3.7.2 Déficit Quantitativo e Qualitativo

Passamos a identificar as necessidades acumuladas, as análises sobre o tamanho e o tipo de déficit habitacional, dentro e fora de assentamentos precários.

Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo Total do Município	Em Área Urbana	163	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	30	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	193	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo Total do Município	Em Área Urbana	93	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	20	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	113	Sistema Mun. Informação

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

Estimativa: Déficit Total Habitacional na Área Urbana		Ano Base: FJP/ IBGE – 2000. Projetado para população de 2007.
População abaixo de 20 mil habitantes em Área Urbana	188	
	256	Sistema Municipal de Informação

Fonte: IBGE. Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Déficit	Domicílios	Fonte
	Sem rendimento	92	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	143	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	45	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	280	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	26	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	306	Sistema Mun. Informação

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

Levantamento “in loco” e “coleta de dados”.
Fonte: Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Microrregião	Agente Comunitário de Saúde	Déficit Quantitativo da Micro-região em Número	Déficit Quantitativo da Micro-região em Número		Déficit Qualitativo da Micro-região em Número	Déficit Qualitativo da Micro-região em Número	
				Em Área Urbana	Em Área Rural		Em Área Urbana	Em Área Rural
Área 01 MR.01	Bairro Navegantes, Bairro Progresso e imediações	Ezequiel Alvarez de Bairro	29	Em Área Urbana	25	07	Em Área Urbana	01
				Em Área Rural	04		Em Área Rural	06
Área 02 MR.01	Vila Nova e imediações	Elisângela de Brito Gonçalves	21	Em Área Urbana	14	21	Em Área Urbana	21
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 02 MR.02	Bairro Progresso e imediações	Desativado foi realizado pela comissão do PHLIS	06	Em Área Urbana	06	17	Em Área Urbana	17
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 01 MR.02	Bairro Restinga e imediações	Andréia Lopes Otarão	11	Em Área Urbana	08	06	Em Área Urbana	06
				Em Área Rural	03		Em Área Rural	00
Área 01 MR.03	Parte do centro e parte do Bairro cidade Alta e imediações	Vera Lopes Otarão	31	Em Área Urbana	21	03	Em Área Urbana	03
				Em Área Rural	10		Em Área Rural	00
Área 02 MR.03	Parte da Vila Nova, cidade alta e imediações	Nedi Eufrásia de Moura Dornelles	15	Em Área Urbana	15	07	Em Área Urbana	07
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 02 MR.04	Bairro Progresso e imediações	Luiza Tamara Rodrigues Soares	18	Em Área Urbana	18	21	Em Área Urbana	21
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 01 MR.05	Parte do Centro e Parte do Bairro restinga e imediações	Elizandra Falcão da Silva	31	Em Área Urbana	25	05	Em Área Urbana	03
				Em Área Rural	06		Em Área Rural	02
Área 02 MR.05	Parte da Vila Nova e do Bairro Progresso e imediações	Sônia Maria Mazoy Mello Trindade Pereira	11	Em Área Urbana	11	04	Em Área Urbana	04
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 01 MR.04	Parte do Bairro Progresso e parte do centro e imediações	Marco Antônio Rocha Rodrigues	11	Em Área Urbana	11	04	Em Área Urbana	04
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 01 MR.06	Desativado – foi realizado pela comissão do PLHIS	Desativado – foi realizado pela comissão do PLHIS	09	Em Área Urbana	09	06	Em Área Urbana	06
				Em Área Rural	00		Em Área Rural	00
Área 01 MR.07	Barragem do Itu e imediações	Janeth Furquim dos Santos	07	Em Área Urbana	00	12	Em Área Urbana	00
				Em Área Rural	07		Em Área Rural	12

3.7.2.1 Pesquisa Cadastral Municipal

A informação cadastral foi um importante instrumento de planejamento das intervenções físicas e do atendimento através de programas habitacionais assim como, de outros programas sociais.

3.7.3 Compatibilização de fontes e metodologias

Para a realização deste trabalho foram utilizadas diferentes fontes e metodologias disponíveis, razão para fazer termos feito a compatibilização das mesmas, nos termos apresentados neste Plano.

3.7.4 Área Rural

Município	Estimativa Déficit Habitacional Rural	Tipos de Precariedade e Necessidades Habitacionais
MANOEL VIANA-RS Tem 24,66% na área rural.	30	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	00	Co-Habitação Familiar

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana. IBGE, 2010.

3.7.5 Cálculo da Demanda Demográfica Futura: Projeção Taxa de Nascimentos – IBGE CIDADES X Projeção Ministério das Cidades

Qualquer projeção futura é elaborada com base em análise dos ritmos de crescimento populacional. Consideramos neste sentido, com base nos dados, que houve um *acrécimo* ocorrido em períodos anteriores. Diante disto e visando identificar tendências futuras, faz-se importante considerar possíveis imprecisões e erros decorrentes de transformações não previstas, sobretudo porque atualmente defrontamo-nos com a defasagem dos dados do último Censo Demográfico, que subsidiam boa parte do planejamento. Além disso, dificilmente se consegue captar os impactos de grandes investimentos, por exemplo, na atração ou expulsão populacional de determinadas áreas, razões pelas quais se ressalta a importância das revisões do PLHIS.

De outra parte, os dados os dados do IBGE/Estatísticas do Registro Civil 2008, dos Nascidos Vivos é de 79, enquanto que, os óbitos ocorridos informam a quantia de 29. Pode-se apurar um saldo positivo de 50. Dividindo este número pelo número de 4 (quatro) pessoas por

família (média nacional), chegou-se ao número 12,50 para ser considerado de novos domicílios, razão para fazer uma projeção estimada no horizonte temporal do PLHIS de 2010 a 2030.

TN: PROJEÇÃO DA “DEMANDA FUTURA” DE DOMICÍLIOS 2010 a 2030 (TN – Taxa de Nascimentos)									
Ano	2000/ IBGE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de Domicílios	2.017	2.017	2029	2041	2053	2065	2077	2089	2101
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Nº de Domicílios	2113	2125	2137	2149	2161	2173	2185	2197	2209
Ano	2027	2028	2029	2030	Demanda futura no horizonte temporal do PLHIS				
Nº de Domicílios	2221	2233	2245	2257	240 novos domicílios				

Fonte: IBGE/Simulação Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

MC: PROJEÇÃO DA “DEMANDA FUTURA” DE DOMICÍLIOS 2003 a 2023 MC – Ministério das Cidades									
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Domicílios	1.988	2.010	2.046	2.090	2.134	2.172	2.200	2.217	2.226
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de Domicílios	2.230	2.230	2.231	2.232	2.235	2.241	2.250	2.262	2.276
Ano	2021	2022	2023	Demanda futura no horizonte temporal do PLHIS					
Nº de Domicílios	2.292	2.308	2.324	320 novos domicílios					

Fonte: OLIVEIRA, GIVISIEZ, e RIOS-NETO, 2009.

Assim, de 2010 a 2030 tem-se vinte anos de horizonte temporal para o PLHIS, com revisões previstas em: 2013, 2017, 2021, 2025 e 2029, coincidindo com os anos de elaboração do Plano Plurianual (PPA) pelos municípios. Estimar o número de domicílios necessários para atender à demanda demográfica prioritária, que surgirão no período abarcado pelo PLHIS.

Portanto, as demandas demográficas futuras, apresentam-se projetadas para o período entre 2003/2023 e 2010/2030, ou seja, para o horizonte temporal do PLHIS, que envolve entre quatro e cinco gestões municipais. Com base nos dados disponíveis, estimou-se o número de domicílios necessários para atender às necessidades habitacionais futuras, considerando-se o período de vigência deste PLHIS.

Percebe-se que a população total apresentou um *acréscimo* segundo os dados censitários. Observa-se tendência de inversão na distribuição demográfica, haja vista que ocorreu aumento da população urbana e diminuição da rural, fenômeno comum na maioria dos municípios brasileiros. Há evidências, portanto, de que está ocorrendo migração populacional no município, principalmente da zona rural, cujos destinos podem ser a própria zona urbana do município e/ou outras cidades.



4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Nos termos da orientação da Secretaria Nacional de Habitação, os problemas identificados no Diagnóstico do Setor Habitacional receberam propostas pactuadas com a sociedade, contando com o envolvimento dos atores sociais e institucionais na definição das respectivas estratégias.

4.1 DIRETRIZES E OBJETIVOS

A Prefeitura Municipal observando as diretrizes gerais e específicas que nortearam a elaboração do PLHIS, levando-se em consideração a Política Nacional de Habitação e a política

habitacional local, os eixos de desenvolvimento que impactem a questão habitacional e urbana e os princípios democráticos de participação social, nesta linha de entendimento destacamos diretrizes e objetivos conforme segue:

As “diretrizes” norteadoras deste PLHIS, consoante os princípios e objetivos enunciados, são as seguintes:

- ❑ Garantia do princípio da função social da propriedade estabelecido na Constituição e no Estatuto da Cidade, respeitando-se o direito da população a permanecer nas áreas ocupadas por assentamentos precários ou em áreas próximas, que estejam adequadas do ponto de vista socioambiental, preservando seus vínculos sociais com o território, o entorno e sua inserção na estrutura urbana, considerando a viabilidade econômico-financeira das intervenções;
- ❑ Promoção do atendimento à população de baixa renda, aproximando-o ao perfil do déficit qualitativo e quantitativo e com prioridade para a população com renda de até 3 (três) salários mínimos;
- ❑ Promoção e apoio às intervenções urbanas articuladas territorialmente, especialmente programas habitacionais, de infra-estrutura urbana e saneamento ambiental, de mobilidade e de transporte, integrando programas e ações das diferentes políticas, visando garantir o acesso à moradia adequada e o direito à cidade;
- ❑ Estímulo aos processos participativos locais que envolvam a população beneficiária, especialmente nas intervenções de integração urbana e regularização fundiária;
- ❑ Atuação coordenada e articulada dos entes federativos por meio de políticas que apresentem tanto caráter corretivo, baseadas em ações de regularização fundiária, urbanização e inserção social dos assentamentos precários; quanto preventivo, com ações voltadas para a ampliação e universalização do acesso à terra urbanizada e a novas unidades habitacionais adequadas;
- ❑ Atuação integrada com as demais políticas públicas ambientais e sociais para garantir a adequação urbanística e sócio-ambiental das intervenções no enfrentamento da precariedade urbana e da segregação espacial que caracterizam esses assentamentos;
- ❑ Definição de parâmetros técnicos e operacionais mínimos de intervenção urbana de forma a orientar os programas e políticas federais, estaduais e municipais, levando-se em conta as dimensões fundiária, urbanística e edilícia, a dimensão da precariedade física (risco, acessibilidade, infraestrutura e nível de habitabilidade) e a dimensão da vulnerabilidade social, compatíveis com a salubridade, a segurança e o bem-estar da população, respeitando-se as diferenças regionais e a viabilidade econômico-financeira das intervenções;



❑ Estímulo ao desenvolvimento de alternativas regionais, levando em consideração as características da população local, suas manifestações culturais, suas formas de organização e suas condições econômicas e urbanas, evitando-se soluções padronizadas e flexibilizando as normas, de maneira a atender às diferentes realidades do País.

Embasado nos princípios relacionados, este PLHIS visa que a política municipal de habitação alcance os seguintes “objetivos”:

- ❑ Promover e apoiar ações de desenvolvimento institucional;
- ❑ Estabelecer critérios e parâmetros técnicos de orientação para as intervenções urbanas;
- ❑ Democratização do acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda;
- ❑ Atendimento às necessidades habitacionais do conjunto da população, com prioridade para as famílias cuja renda seja igual ou inferior a três salários mínimos e formas diferenciadas de atuação segundo os segmentos de renda;
- ❑ Reversão do processo de segregação sócio-espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda;
- ❑ Recuperação ambiental das áreas degradadas (assentamentos precários), combinando sempre que possível ações de urbanização, com ações de recuperação e preservação ambiental.

4.2 PROVISÃO, ADEQUAÇÃO E URBANIZAÇÃO: LINHAS PROGRAMÁTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES

Os programas e ações serão estruturados a partir destas linhas, de forma a articular os agentes promotores e financeiros públicos e privados.

O município apontou as linhas programáticas, e ações que serão desenvolvidos:

- ❑ LPA1-Linha Programática e de Atendimento para Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais;
- ❑ LPA2 - Linha Programática e de Atendimento para Produção e Aquisição da Habitação;
- ❑ LPA3 - Linha Programática de Atendimento para Melhoria Habitacional;
- ❑ LPA4 - Linha Programática de Atendimento para Assistência Técnica;
- ❑ LPA5 - Linha Programática de Atendimento para o Desenvolvimento Institucional.

4.3 LINHAS PROGRAMÁTICAS NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS

Na etapa ‘Estratégias de Ações’ foram apontados ações e projetos que serão desenvolvidos para viabilizar a execução do PLHIS. Estas ações respondem aos problemas identificados e relacionados com as condições institucionais e normativas do setor habitacional no município.

4.4 PRIORIDADES DE ATENDIMENTO

Nesta etapa elencamos os critérios de priorização de atendimento das necessidades habitacionais, seguindo a ordem abaixo:

Ordem	Descrição das Prioridades de Atendimentos
1º	Situações de insalubridade e de risco
2º	Ocupação em áreas de proteção ambiental (EX: APMs, APA)
3º	Recuperação ambiental e urbana do setor urbano ou micro-bacia
4º	Tempo de existência do assentamento
5º	Aprovação da urbanização do assentamento no Orçamento Participativo
6º	Relação custo-benefício, considerando-se o custo da intervenção em relação ao número de famílias diretamente e indiretamente beneficiadas (assentamento, entorno e cidade)
7º	Nível de organização comunitária
8º	Existência de fatores facilitadores da regularização fundiária
9º	Imposições jurídicas (existência de ações populares e/ou ações de reintegração de posse, existência de TACs – Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público)

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

4.5 METAS, RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

A definição das metas de atendimento previstas para o horizonte temporal abarcado pelo PLHIS do município envolveu uma simulação da disponibilidade total de recursos a serem aplicados em habitação no município.

Para simular a definição de “metas” estimou-se valores de referência baseados no critério de porcentagem do déficit habitacional do Município de **Manoel Viana - RS** em relação



ao déficit da Microrregião de **Campanha Ocidental**, considerando os números da FJP que apontou um Déficit Habitacional absoluto **10.141** de outra banda no levantamento de campo efetuado pelo município foi apurado um déficit habitacional quantitativo de **193** no **município**, representando um déficit de **1.90%** da **região**, já no Estado do Rio Grande do Sul o Déficit Habitacional absoluto da FJP é de **218.784**, representando um déficit de **0.08%** do Estado e do Déficit Habitacional absoluto da FJP é de **5.890.139**, representando um déficit de **0,003%** do **País**.

Como ensaio preliminar, pôde-se prever que, no mínimo, deverão ser destinados ao Município, os respectivos percentuais de recursos que correspondem ao déficit no âmbito nacional e estadual para desenvolver programas para a área habitacional.

Distribuição por Município:

Para a divisão do valor foi considerado o índice percentual da cota do FPM de cada Município. Pode-se utilizar qualquer outro método que estabeleça um mesmo critério de repartição para todos os municípios. A cota parte do FPM leva em conta o índice populacional.

O critério adotado e a cota partem para cada município, informação conseguida diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda.

No caso do **Município de Manoel Viana - RS**, o índice do FPM é **0.60**, com base nas Ações Orçamentárias do Orçamento Geral da União do Exercício de 2010, resultando um valor de R\$ **4.207.986.56**, ao ano multiplicado por 20 anos referentes ao horizonte do Plano, apontando um resultado de **R\$ 84.209.731,20**, considerando ainda que incluímos neste último cálculo uma única vez o valor de **R\$ 50.000,00**, referentes a elaboração do PLHIS, previstos para os municípios com menos de 20 mil habitantes.



EXTRATIFICAÇÃO DA DEMANDA POR GRUPO DE ATENDIMENTO			
Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.			
Grupos de atendimento por capacidade Financeira		Necessidade de domicílios	Fontes de Recursos
I	Famílias com renda abaixo da linha de financiamento RM SP/RJ: até R\$ 800,00 / Outras RMs: R\$ 700,00. Demais situações: até R\$ 600,00.	235	FNHIS
II	Famílias com renda que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, mas insuficiente para adquirir uma solução habitacional e com alto risco de crédito para os Agentes Financeiros. RM SP/RJ: de R\$ 800,00 a 1.600,00 / Outras RMs: de R\$ 700,00 a 1.400,00. Demais situações: de R\$ 600,00 a 1.200,00.	45	FGTS e FNHIS Financiamento com subsídio
III	Famílias com renda mensal que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, com moderado risco de crédito para os Agentes Financeiros RM SP/RJ: de R\$ 1.600,00 a 2.000,00 / Outras RMs: de R\$ 1.600,00 a 2.000,00 / Demais situações: de R\$ 1.600,00 a 2.000,00.	26	FGTS Financiamento com subsídio
IV	Famílias com capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento, em valor suficiente para acessar uma moradia adequada, (perfil do FGTS) de R\$ 2.000,00 a 4.000,00.	-x-	FGTS
V	Famílias com plena capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento de mercado (SBPE e outros). Acima de R\$ 4.000,00.	-x-	SBPE e Mercado

4.5.1 Metas

As metas propostas foram submetidas apreciação da **Participação Cidadã**, nas discussões, reuniões e Audiências Públicas, subdivididas em Metas de Curto, Médio e Longo prazo das Ações e/ou Projetos e em cenários distintos.

E, manifesta a concentração dos esforços nos quatro primeiros anos do PLHIS, não somente devido à urgência de solução para os problemas apontados, mas também, pela oportunidade aberta pelo governo federal, que reserva um papel privilegiado para a produção habitacional em geral e de interesse social em particular.

**EXTRATIFICAÇÃO DAS METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DAS AÇÕES E/OU PROJETOS DO PLHIS**

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.

AÇÕES E/OU PROJETOS	Metas		
	Curto prazo: anual até 4 anos	Médio prazo: entre 4 e 8 anos	Longo prazo: de 8 até 20 anos
Organização institucional: Consiste, quando couber, na reforma administrativa, criação de estrutura administrativa ou ainda disponibilização de técnicos para tratar da área habitacional e urbana. Trata-se inclusive de avaliar ou implantar estruturas de Defesa Civil em cidades onde parte da população more em áreas de risco.	X		
Capacitação profissional de técnicos dirigentes para gestão do PLHIS;	X		
Revisão e/ou elaboração dos marcos regulatório da legislação do tipo: ❖ Plano Diretor, ❖ Lei de ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social), ❖ Planos setoriais (área ambiental, mobilidade urbana, patrimônio histórico).		X	
Implantação do Sistema Municipal de Informações em Habitação;	X		
Implantação de um banco de projetos na Prefeitura: objetivando a viabilização de captação de recursos para as ações de Habitação;	X		
Ampliação progressiva do Fundo Municipal de Habitação, com um aumento realista da participação do orçamento municipal e aumento significativo de recursos extra-fiscais;		X	
Integração no planejamento, na execução e na avaliação das ações na Habitação: da sede municipal e demais localidades do município;	X		
Desenvolver um sistema para monitorizar e avaliar o comportamento dos sistemas de Habitação;	X		
Ampliar a aplicação de recursos do FAR, do FGTS e do SBPE, estimulando o setor privado a investir em HIS e HMP, e reduzir os custos de produção de habitação no município;	X		



Criação de um Sistema de informações que permita a gestão e monitoramento dos Benefícios;	X		
Revisão e atualização dos estudos e pesquisas sobre o Déficit Habitacional: consiste na elaboração de pesquisas e estudos para levantar ou qualificar o déficit habitacional ou perfil da população que demanda atendimento por programas habitacionais. Exemplos: censo da população de assentamentos precários, censo ou cadastramento da população que habita cortiços, censo ou cadastro das famílias que habitam área rural ou de preservação e proteção ambiental (Parques ecológicos, Unidades de Conservação, APPs);		X	
Implementação do sistema de informações no Setor Habitacional: incluindo um cadastro geral;		X	
Estruturar serviços de assistência técnica para a produção de moradia por autogestão (com ou sem mutirão) e para a autopromoção individual da moradia associada ao financiamento do material de construção ou de lote urbanizado, o serviço de assistência técnica deverá ser entendido como um serviço interdisciplinar, que abarca tanto a área de arquitetura e engenharia, como a área social e do direito.	X		
Implementação dos critérios do PLHIS para o atendimento de prioridades no Setor Habitacional;	X		
Manutenção e Controle Urbano: inserção das áreas urbanizadas ou em processo final de urbanização no conjunto de ações e programas desenvolvidos por outras áreas da administração municipal, responsáveis pelos serviços de manutenção da cidade e de controle urbano;		X	
Aquisição pelo município de área de terra para produção de unidades habitacionais;	X		
Promoção de lotes urbanizados;		X	
Urbanização e regularização de assentamentos precários;	X		
Implantação de equipamentos básicos, em especial de lazer, saúde e educação;	X		
Melhorar a infraestrutura de saneamento básico e drenagem, articulado com o sistema viário e de espaços públicos conectados com as vias do entorno;			X



Aquisição pelo município de área de terra para produção de novas moradias;		X	
Melhoria Habitacional com o desenvolvimento de um conjunto de ações voltados para apoiar a construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais, de forma a melhorar a qualidade das moradias;	X		
Eliminação e gerenciamento das áreas de risco: realização de vistorias e avaliação de risco.	X		
Apoio a remoção temporária, com subsídio financeiro destinado à população de baixa renda que habita assentamentos precários em área de preservação ambiental, de risco ou ainda que se encontre em situação de vulnerabilidade social.			X
Atualização permanente de planos, programas e projetos de Habitação.		X	



Simulação I Cenário Pessimista Fonte: IBGE Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total			Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS Base: Taxa de Nascimentos					% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	Gestão 2025/2028	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	00	00	00	00	(X) Aumentou () Manteve () Diminui () Zerou
Demanda Futura com base na Taxa de Nascimentos apurado pelo IBGE	24	36	36	36	36	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	31	36	36	36	36	306

Simulação II Cenário Conservador Fonte: IBGE Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total			Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS					% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	Gestão 2025/2028	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	55	55	55	55	() Aumentou () Manteve (X) Diminui () Zerou
Demanda Futura com base na Taxa de Nascimentos apurado pelo IBGE	24	36	36	36	36	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	31	19	19	19	19	86

Simulação III Cenário Otimista Fonte: IBGE Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total			Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS					% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	Gestão 2025/2028	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	110	110	110	00	() Aumentou () Manteve () Diminui (X) Zerou
Demanda Futura com base na Taxa de Nascimentos apurado pelo IBGE	24	36	36	36	00	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	31	74	74	74	00	Zerou



Simulação I Cenário Pessimista Fonte: Ministério das Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total		Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS Projeção: Ministério das Cidades.				% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	00	00	00	(X) Aumentou () Manteve () Diminui () Zerou
Demanda Futura com base na projeção do MC	30	05	35	32	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	20	05	35	32	240

Simulação II Cenário Conservador Fonte: Ministério das Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total		Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS				% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	55	55	55	() Aumentou () Manteve (X) Diminui () Zerou
Demanda Futura com base na projeção do MC	30	05	35	32	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	20	50	20	23	75

Simulação III Cenário Otimista Fonte: Ministério das Cidades	Média Construção de Unidades Habitacionais na Gestão 2009/2012	Nº 55	Déficit Quantitativo atual produzido no levantamento de Campo com cobertura total		Nº 193
Descrição do objeto	Horizonte Temporal abarcado pelo PLHIS				% Déficit Quantitativo no horizonte do plano
	Gestão 2009/2012	Gestão 2013/2016	Gestão 2017/2020	Gestão 2021/2024	
Previsão de Construção de Unidades Habitacionais, sem a manutenção a gestão 2009/2012	55	110	110	110	() Aumentou () Manteve () Diminui (X) Zerou
Demanda Futura com base na projeção do MC	30	05	35	32	Total do Déficit Quantitativo no horizonte do plano
Total da diferença	20	105	75	78	Zerou

4.5.2 Recursos

Em relação ao total de recursos públicos a serem investidos em soluções para os problemas habitacionais do município, o Plano Local de Habitação de Interesse Social elaborou um Diagnóstico do Setor Habitacional que tomaram como base todas as esferas de governo.

Para uma análise mais precisa que possibilitasse a estimativa do volume total de recursos que será aplicado no período de implantação do PLHIS pelos três respectivos entes federativos (União, Estado e Município), foram então levantadas, as seguintes informações:

- ❑ Previsão do volume total de Aplicação de Recursos Orçamentários do Município na Área de Habitação (no PPA) no período de 2009-2012.

Ano	Valor Aplicado	% Orçamento executado do Município
2009	R\$ 4.487,11	0,04
2010	R\$ 96.810,12	0,87
2011	R\$ 38.220,88	0,32
2012	R\$ 39.940,81	0,33

4.5.3 Fontes de Financiamento

Ficou clara, na análise dos percentuais acima, a completa impossibilidade do município se responsabilizar pelo custo financeiro necessário para a efetivação do Plano, sem o auxílio externo. Na verdade, dentro do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, já está assentada à convergência dos recursos das diversas instâncias governamentais para a consecução dos resultados.

Esfera de Governo	Fontes	Descrição
Municipal	Prefeitura e Setor Habitacional	Crescimento expressivo do Orçamento mantendo para o período abarcado pelo PLHIS a ampliação dos investimentos.
	Receita extra-fiscal	Arrecadação plena da outorga onerosa
	Recursos do FMH	Aumento do repasse ao Fundo Municipal, sem abatimento na previsão de arrecadação com comercialização de unidades habitacionais e outras arrecadação do fundo.
Estadual	Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano	Adesão do Estado ao SNH e repasse dos recursos orçamentários do Estado usando os mesmos critérios da resolução 460.

Federal	OGU/FNHIS	Implantação do FNHIS com repasse ao município
	FGTS	Alocação progressiva dos recursos do FGTS para a população de baixa renda com repasse ao município de acordo com critérios da resolução 460 (calculado pelo déficit e população dos municípios).

Fonte: Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação, 2010.

Síntese dos Programas Habitacionais do Governo Federal:

De acordo com as fontes de recursos, os programas desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Habitação são os seguintes:

❑ Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS):

- Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários;
- Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Modalidades Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; Requalificação de Imóveis;
- Ação de Apoio à Produção Social da Moradia;
- Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Modalidade Prestação de Serviços de Assistência Técnica.

❑ Orçamento Geral da União (OGU):

- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH;
- Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP - Habitat.

❑ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- Carta de Crédito Individual;
- Carta de Crédito Associativo;
- Programa de Apoio à Produção de Habitações;

Programa de atendimento Habitacional através do Setor Público - PRÓ- MORADIA que opera com as seguintes modalidades:

- a) URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
- b) PRODUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
- c) DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
- d) DESCONTOS NOS FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS

❑ Fundo de Arrendamento Residencial (FAR):

- Programa de Arrendamento Residencial – PAR

❑ Fundo de Desenvolvimento Social (FDS):

- Programa Crédito Solidário.

❑ **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT):**

- Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (PMI).

❑ **A Assistência Técnica à Produção Habitacional**

Ações orçamentárias do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS 2010.	Distribuição de recursos	% para o Município levando em conta o índice do FPM 0.60%
1. Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	R\$ 514.244.393,00	3.085.466,35
2. Apoio à Produção Social da Moradia/ Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	R\$ 187.086.702,00	1.122.520,21
3. Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social e Desenvolvimento e Qualificação da Política Habitacional	R\$ 20.000.000,00	50.000,00

Fonte: Orçamento Geral da União, 2010.

4.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O mecanismo de avaliação e divulgação dos indicadores deverá constituir uma das missões da área Habitacional da Prefeitura Municipal. A divulgação deverá acompanhar a publicação dos balanços do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim, os resultados em termos físicos (lotes, casas, etc.) serão dados a conhecimento do mesmo, por meio de divulgação da prestação de contas de natureza financeira.

O município iniciará a construção de Sistema de Informações com o objetivo de:

- ❖ Acompanhar o cumprimento das metas deste Plano;
- ❖ Monitorar e avaliar programas, projetos e ações do Governo Municipal e demais agentes e seu impacto na diminuição do déficit e da inadequação habitacional;
- ❖ Monitorar as variáveis que compõem o diagnóstico habitacional do município, em especial:
 - O déficit quantitativo e qualitativo habitacional;
 - O crescimento demográfico;
 - Os custos de produção habitacional;
 - O preço e a disponibilidade de terra;
- ❖ Monitorar a captação de recursos e gestão financeira dos programas.



Para monitorar a execução do Plano, o Município constituirá um **Sistema Municipal de Habitação**.

Para a execução racional e organizada das ações de Habitação no município, uma estratégia promissora é a organização de um Sistema Municipal de Habitação, para acompanhar os resultados da política habitacional e o cumprimento do PLHIS entre outras, composto por instâncias, instrumentos básicos de gestão e um conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias, execução e avaliação das ações de Habitação.

Instrumentos deste Sistema Municipal de Habitação:

- Conferência Municipal de Habitação;
- Conselho Municipal de Habitação;
- Plano Municipal de Habitação
- Fundo Municipal de Habitação;
- Sistema Municipal de Informações em Habitação.

4.7 REVISÃO

A revisão do PLHIS possibilita a correção ou complementação do Diagnóstico, assim como das metas e propostas do Plano. Precisam ser confirmadas tanto as informações produzidas no Diagnóstico sobre o cálculo das necessidades habitacionais, como as definições adotadas na Estratégia de Ação, tais como: tendências, premissas e informações de definições de investimento pelas três esferas de governo. Além disto, o Diagnóstico elaborado pode ser alterado em função de fatores não previstos ou confirmados durante a elaboração do PLHIS.

As alterações são procedimentos a que se sujeitam qualquer instrumento de planejamento a longo prazo, e que, poderão ser decorrentes das mudanças do quadro estrutural ou simplesmente de oportunidades de empreendimentos que possam impactar o contexto da habitação de interesse social (o que inclui a possibilidade de operações urbanas consorciadas, instituto incorporado a legislação municipal quando da votação das leis afins).

Ao Conselho Gestor do FMHIS serão atribuídas, além das atribuições relativas à gestão financeira, também a coordenação dos trabalhos a serem desenvolvidos pela área habitacional.

Desse modo, caberá ao Conselho prever a necessidade de revisão do PLHIS, quando assim for julgado oportuno, levando as propostas de novas metas, objetivos, indicadores, etc.

O PLHIS constitui-se como parte de um processo de planejamento de longo prazo do Governo Municipal, que pressupõe revisões periódicas e articulação com os outros instrumentos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual (PPA). O horizonte de planejamento do PLHIS é o ano de 2029, com as suas revisões correspondentes aos anos de elaboração dos PPAs: **2013, 2017, 2021 e 2025**.

Propomos que os períodos de revisão estejam associados ao planejamento orçamentário-financeiro dos PPA da Prefeitura Municipal e que a primeira revisão seja realizada em **2013**.

REVISÃO DO PLANO PLHIS		
Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.		
ANO	AÇÃO	FREQÜÊNCIA
2009		4 anos
2010	Elaboração do PLHIS	
2011		
2012		
2013	PPA/Início Gestão/Revisão	4 anos
2014		
2015		
2016		
2017	PPA/Início Gestão/Revisão	4 anos
2018		
2019		
2020		
2021	PPA/Início Gestão/Revisão	4 anos
2022		
2023		
2024		
2025	PPA/Início Gestão/Revisão	4 anos
2026		
2027		
2028		
2029	PPA/Início Gestão/Revisão	



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta (Coord.). **Capacidades administrativas, déficit e efetividade na política habitacional**, s/d. BRASIL. Ministério das Cidades / SNH / CEF / USP / FDTE / Aliança de Cidades.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>

BRASIL. **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários**. Brasília: Org. Ministério das Cidades, 2008.

_____ **A política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos**, 2008, BRASIL. MinCidades/SNH / Consórcio Via Pública / FUPAM - LabHab / Logos Engenharia.

_____ **Assentamentos precários no Brasil Urbano**. MinCidades/SNH/. Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP, dez.2007.

_____ **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado,1988.

_____ **Decreto – Lei Nº 9.760/1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

_____ **FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS BRASIL**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação – MinCidades/SNH. Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social. Manual para apresentação de propostas 2007.

_____ **Guia Básico dos Programas Habitacionais**. Direito à moradia, 2007.

_____ **Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS**, 2008.

_____ **Lei Nº 4.771/1965**. Institui o novo Código Florestal.

_____ **Lei Nº 6.766/1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

_____ **Lei Nº 6.938/1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____ **Lei Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____ **Lei Nº 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.



_____ **Resolução N° 237/1997.** CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

_____ **Resolução N° 369/2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.

_____ Secretaria do Tesouro Nacional: **Perfil e evolução das finanças municipais: 1998 - 2006.** Brasília, out. 2007.

CENSO DEMOGRÁFICO. **Perfil Municipal:** IBGE, 2000. Disponível em <http://www.perfilmunicipal.com>. Acesso em 19 de junho de 2010.

DENALDI, R. **Plano de Ação Integrada em Assentamentos Precários.** In: Ministério das Cidades / SNH / CEF / USP / FDTE / Aliança de Cidades. **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários** (publicação de Curso à Distância). Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2005.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

_____ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PAD,** Brasília, 2007.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT.** 11° ed. Porto Alegre: s.n., 2002.

MARQUES, Eduardo. **Plano Nacional de Habitação – Versão para debates.** Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

OLIVEIRA E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. e RIOS-NETO, E. L. G. **Demanda futura por moradias no Brasil 2008-2023: uma abordagem demográfica.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009, no prelo.



6. ANEXOS



ANEXO A – Prefeito assinando a Portaria



ANEXO B – Divulgação Cartaz (Câmara)



ANEXO C – Divulgação Cartaz (Prefeitura)



ANEXO D – Capacitação dos Atores



ANEXO E – Registro da 1ª Reunião



ANEXO F – Registro da 2ª Reunião



ANEXO G – Registro da 3ª Reunião



ANEXO H – Área de Terra (Oferta)



ANEXO I – Área de Terra (Oferta)



ANEXO J – Registro da Audiência Pública



ANEXO K – Registro da Audiência Pública



ANEXO L – Entrega do Relatório Técnico Final PLHIS



ANEXO M – Portaria de Designação: Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS



Estado do Rio Grande Do Sul
Prefeitura Municipal de Manoel Viana
"Administrando para o povo"

PORTARIA Nº 255, de 26 de Julho de 2010.

IONE OLARTE CAMINHA, PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

DESIGNAR a Equipe de Coordenação e Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana, composta pelos seguintes Servidores, conforme Memorando nº 134/2010 do Gabinete da Prefeita:

Coordenador da Equipe:

Eduardo Silva Meneses – Secretário de Obras, Trânsito e Serviços Públicos;

Membros da Equipe:

Alan Flores da Mota – Fiscal Ambiental; -
Raul Valentim Correa Batista – Diretor Geral de Projetos; -
Vanessa Nicoli Maria – Procuradora Jurídica; -
Graziela da Silva Barros Coelho – Engenheira Civil; -
Carlos Pio Wallau Vezzosi – Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
Roitman Sittiver Ribeiro Manganelli – Secretário de Governo e Planejamento;
Amanda Saldanha Manara – Coordenadora de Ações em Saúde e Ações Sociais. -

Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 26 de Julho de 2010.


IONE OLARTE CAMINHA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:


Roitman Sittiver Ribeiro Manganelli
Secretário de Governo e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MANOEL VIANA

CERTIFICADO que a presente

Portaria

estava arquivada no mural de

publicação no período de
26/07/2010 à 08/08/2010

Rua Walter Jobim 171 CEP 97.640 – 000 – Fones: (55) 3256 – 1140 – 1160 – 1230- 2420 – 2317
Gabinete da Prefeita 3256- 1122 – Fax: 3256 – 2417
e-mail: manovelviana@gninet.com.br



ANEXO N – Material da Capacitação e Sensibilização dos Atores

**PLHIS- CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS ATORES
MANOEL VIANA - RS**

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

1

**O processo de urbanização brasileiro e a
função social da propriedade urbana**



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

4

**Necessidades Habitacionais, Assentamentos
Precários e Produção Habitacional.**



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

2

**Política e Sistema Nacional de Habitação,
Plano Nacional de Habitação**



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

5

Diagnóstico do Setor Habitacional



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

3

**PLHIS: Metodologia, Princípios e
Diretrizes**



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA ELABORAR
O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Exigência Legal

6

Estratégias de Ação



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades





ANEXO O – Lista de Presença da Capacitação dos Atores Institucionais e Sociais

**LISTA DE PRESENÇA DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
PARA ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS**

DATA: 09 de setembro de 2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

HORÁRIO: 9 horas

RESPONSÁVEL PELA CAPACITAÇÃO: LC Banco de Serviços e Consultoria LTDA.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
01	Vera Nilda Soares	1029988009	[Handwritten Signature]
02	TAMARA SOARES	CPF 59218000030	[Handwritten Signature]
03	Marcelo Rodrigues	1065820803	[Handwritten Signature]
04	CLAUDIO OVAI	8053116544	[Handwritten Signature]
05	Miguel B. Guano	8064474509	[Handwritten Signature]
06	Severino Biundo	5001830122	[Handwritten Signature]
07	Laurival S. Melo	1022441198	[Handwritten Signature]
08	Beatriz Simone Duarte	3058841751	[Handwritten Signature]
09	Carlos Pio Veiros	CPF 28574607068	[Handwritten Signature]
10	Raul Valentim Corria Batista	1043058989	[Handwritten Signature]
11	João Manoel Cavaco	1025292119	[Handwritten Signature]
12	Mucimias Pascolini Penning	CPF 01741716098	[Handwritten Signature]
13	Luiz Carlos de Moraes de Baigro	CI 3019198691	[Handwritten Signature]
14	Edson Raimundo de Souza	2039431784	[Handwritten Signature]
15	Edson de Brito Gonçalves	4097672151	[Handwritten Signature]
16	[Handwritten Name]	6066704237	[Handwritten Signature]
17	[Handwritten Name]	9061753126	[Handwritten Signature]
18	[Handwritten Name]	9087249811	[Handwritten Signature]
19	Andréia Nunes Lopes	713929.380.20	[Handwritten Signature]
20	Reitman Mangamelli	5082020633	[Handwritten Signature]
21	EDUARDO SILVA MENEZES	1050749645	[Handwritten Signature]
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.



ANEXO P – Notícia no Jornal Local: Elaboração do PLHIS

Capão do Cipó

A FOLHA Cidades
17 de Dezembro de 2010

Inja diferente

Quando as situações indesejadas chegam; por fim, este breve documentário da granja Dani e filhos foi feito com muito carinho e para você que ainda não conhece a granja Dani e filhos, acompanhe nas fotos a produção e ainda você pode fazer uma visita e ir passear, fazer uma pescaria nos belos açudes.

Papai Noel chega mais forte

Foi uma festa, a chegada do Papai Noel nesta terça-feira no município, ele chegou por volta das 10h30min na Praça Central, depois de ter percorrido toda a cidade com sua Kombi decorada para ser usada no Natal Feliz 2010.

O vice-prefeito Elso Engleitner em exercício no cargo de prefeito junto com a primeira dama, Marli Froner, receberam as pessoas na Praça e deram abertura oficial do Natal Feliz 2010.

Trata-se de um projeto da administração municipal que leva o Papai Noel com a sua caravana até às comunidades do interior, entregando presentes e fazendo a mais bela festa.

Confraternizando assim o Natal junto com todas as crianças de Capão do Cipó.



MUNICIPAL DE JAGUARI PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CONCURSO Nº 002/2010 OBJETIVA CONCURSOS LTDA

JAGUARI RS TORNA PÚBLICO que a Agência Legislativa será aplicada no dia 17 de dezembro de 2010 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Floriano, 244, Centro, no município de Jaguari, RS, na íntegra que divulga o Relatório de Atividades e inscrições não processadas para o Edital de Publicação da Câmara Municipal de Jaguari, RS, em horário de expediente. Em 17 de dezembro de 2010, em Jaguari, RS. LEGARO TAMBARA – Presidente da Comissão

Edital nº 001/2010

Convoca a população em geral para a Audiência Pública de Apresentação e Aprovação do Plano Municipal de Habitação.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a legislação pertinente, CONVOCA a população em geral para participarem da Audiência Pública para a Apresentação e Aprovação do Plano Municipal de Habitação, produzido pela Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Público, a ser realizada às 09:00h (nove horas) do dia 28 de dezembro de 2010, na Secretaria de Educação, Turismo, Cultura e Desporto, localizada na Rua Walter Jobim, nº 171, centro.

Manoel Viana, RS, 16 de dezembro de 2010.

Ione Olarte Caminha
Prefeita Municipal

Salção Chevrolet Em toda a Rede Nicola.

CELTA LIFE 1.0 2011
A PARTIR DE **R\$ 23.990**

OU ENTRADA DE R\$ 9.999 + 48 PARCELAS IGUAIS DE R\$ 399 TAXA DE 0,99%

A CADA CARRO VENDIDO, A CHEVROLET DOA 5KG DE ALIMENTOS AOS GAÚCHOS.

DESCONTOS ESPECIAIS PARA EMPRESAS, PRODUTORES RURAIS E TAXISTAS

ESSE CHEVROLET É MEU!



ANEXO R – Ficha Caracterização de Área

PLHIS – MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA



1. TIPOS DE ASSENTAMENTOS	2. DOMICÍLIOS
----------------------------------	----------------------

<p>1.1. Nome: Barragem do Itu</p> <p>1.2. Origem:</p> <p>1.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo...</p> <p>1.2.2. <input checked="" type="checkbox"/> Loteamentos Irregulares e Clandestinos</p> <p>1.2.3. <input type="checkbox"/> Cortiços</p> <p>1.2.4. <input type="checkbox"/> Conjuntos Habitacionais (públicos)</p> <p>Degradados</p> <p>1.3. Área: 1.3.1. Total: 6.000 m²</p> <p>1.3.2. Ocupada: _____ m²</p>	<p>2.1. Número de domicílios: 236</p> <p>2.2. Fonte:</p> <p>2.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Contagem da Prefeitura</p> <p>2.2.2. <input type="checkbox"/> Cadastro da Prefeitura</p> <p>2.3. Data: 30/11/2010</p> <p>2.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa</p> <p>2.3.2. <input type="checkbox"/> Outra fonte: _____</p>
--	---

3. PERFIL DA POPULAÇÃO	4. TIPO DE INTERVENÇÃO
-------------------------------	-------------------------------

<p>3.1. <input type="checkbox"/> Predomina Baixa Renda</p> <p>3.2. <input checked="" type="checkbox"/> Predomina Média Renda</p> <p>3.3. <input type="checkbox"/> Baixa e Média Renda</p> <p>3.4. <input type="checkbox"/> Média / Alta renda</p>	<p>4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado</p> <p>4.2. <input checked="" type="checkbox"/> Consolidável</p> <p>4.2.1. <input type="checkbox"/> Urbanização (Simples) 4.2.2. <input checked="" type="checkbox"/> (Complexa) 4.2.3. <input type="checkbox"/> Remanejamento (Recolocação)</p> <p>4.2.4. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Parcial)</p> <p>4.3. <input type="checkbox"/> Não Consolidável 4.3.1. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Total)</p>
---	---

5. REGULARIDADE URBANÍSTICA	6. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
------------------------------------	-----------------------------------

<p>5.1. <input checked="" type="checkbox"/> Rede de Água potável.....90%</p> <p>5.2. <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Esgoto/Fossa ...06%</p> <p>5.3. <input checked="" type="checkbox"/> Energia Elétrica.....100%</p> <p>5.4. <input checked="" type="checkbox"/> Pavimentação.....80%</p> <p>5.5. <input type="checkbox"/> Está em APP (margem de rio)</p> <p>5.6. <input type="checkbox"/> Possui Área de risco</p> <p>5.7. <input type="checkbox"/> Média Densidade</p> <p>5.8. <input checked="" type="checkbox"/> Baixa Densidade</p>	<p>6.1. Condições do Terreno</p> <p>6.1.1. <input checked="" type="checkbox"/> Adequado 6.1.2. <input type="checkbox"/> inadequado 6.1.3. <input type="checkbox"/> impróprio</p> <p>6.2. Condições de Moradia 6.2.1. <input type="checkbox"/> Improvisadas</p> <p>6.2.2. <input checked="" type="checkbox"/> Passíveis de Adequação</p> <p>6.3. Condições do Traçado Urbano e Densidade</p> <p>6.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Aglomerado 6.3.2. <input type="checkbox"/> Traçado Regular</p> <p>6.4. Conjunto de Assentamentos</p> <p>6.4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 6.4.2. <input checked="" type="checkbox"/> Consolidável</p> <p>6.4.3. <input type="checkbox"/> Não Consolidável</p>
--	---

7. REGULARIDADE FUNDIÁRIA

7.1. Propriedade: 7.1.1. Pública 7.1.2. Privada Proprietário 7.1.3. Pública e Privada

Observações:


Graziela da Silva Barros Coelho
Engenheira Civil CREA-RS nº 74.549-D


Amanda Saldanha Manara
Coordenadora da Assistência Social



ANEXO S - Ficha Caracterização de Área

PLHIS – MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

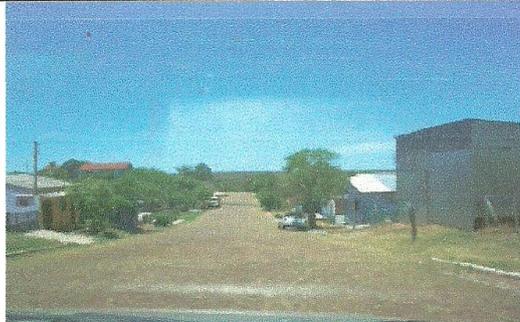
1. TIPOS DE ASSENTAMENTOS	2. DOMICÍLIOS
<p>1.1. Nome: Moradores de Beira de Rio: Ibicui, Itu, Caraguatai, Piraju e Miracatu</p> <p>1.2. Origem:</p> <p>1.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo...</p> <p>1.2.2. <input type="checkbox"/> Loteamentos Irregulares e Clandestinos</p> <p>1.2.3. <input type="checkbox"/> Cortiços</p> <p>1.2.4. <input type="checkbox"/> Conjuntos Habitacionais (públicos) Degradados</p> <p>1.3. Área: 1.3.1. Total: 6.000 m²</p> <p>1.3.2. Ocupada: _____ m²</p>	<p>2.1. Número de domicílios: 40</p> <p>2.2. Fonte:</p> <p>2.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Contagem da Prefeitura</p> <p>2.2.2. <input type="checkbox"/> Cadastro da Prefeitura</p> <p>2.3. Data: 30/11/2010</p> <p>2.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa</p> <p>2.3.2. <input type="checkbox"/> Outra fonte: _____</p>
3. PERFIL DA POPULAÇÃO	4. TIPO DE INTERVENÇÃO
<p>3.1. <input type="checkbox"/> Predomina Baixa Renda</p> <p>3.2. <input type="checkbox"/> Predomina Média Renda</p> <p>3.3. <input checked="" type="checkbox"/> Baixa e Média Renda</p> <p>3.4. <input type="checkbox"/> Média / Alta renda</p>	<p>4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado</p> <p>4.2. <input type="checkbox"/> Consolidável</p> <p>4.2.1. <input type="checkbox"/> Urbanização (Simples) 4.2.2. <input type="checkbox"/> (Complexa) 4.2.3. <input type="checkbox"/> Remanejamento (Recolocação)</p> <p>4.2.4. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Parcial)</p> <p>4.3. <input checked="" type="checkbox"/> Não Consolidável 4.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Reassentamento (Total)</p>
5. REGULARIDADE URBANÍSTICA	6. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
<p>5.1. <input checked="" type="checkbox"/> Rede de Água potável.....64%</p> <p>5.2. <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Esgoto/Fossa ...25%</p> <p>5.3. <input checked="" type="checkbox"/> Energia Elétrica.....100%</p> <p>5.4. <input type="checkbox"/> Pavimentação..... %</p> <p>5.5. <input checked="" type="checkbox"/> Está em APP (margem de rio)</p> <p>5.6. <input type="checkbox"/> Possui Área de risco</p> <p>5.7. <input type="checkbox"/> Média Densidade</p> <p>5.8. <input checked="" type="checkbox"/> Baixa Densidade</p>	<p>6.1. Condições do Terreno</p> <p>6.1.1. <input type="checkbox"/> Adequado 6.1.2. <input type="checkbox"/> inadequado 6.1.3. <input checked="" type="checkbox"/> impróprio</p> <p>6.2. Condições de Moradia 6.2.1. <input type="checkbox"/> Improvisadas</p> <p>6.2.2. <input type="checkbox"/> Passíveis de Adequação</p> <p>6.3. Condições do Traçado Urbano e Densidade</p> <p>6.3.1. <input type="checkbox"/> Aglomerado 6.3.2. <input type="checkbox"/> Traçado Regular</p> <p>6.4. Conjunto de Assentamentos</p> <p>6.4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 6.4.2. <input type="checkbox"/> Consolidável</p> <p>6.4.3. <input checked="" type="checkbox"/> Não Consolidável</p>
7. REGULARIDADE FUNDIÁRIA	
<p>7.1. Propriedade: 7.1.1. <input type="checkbox"/> Pública 7.1.2. <input type="checkbox"/> Privada Proprietário 7.1.3. <input type="checkbox"/> Pública e Privada</p> <p>Observações:</p>	
 Graziela da Silva Barros Coelho Engenheira Civil CREA-RS nº 74.549-D	 Amanda Saldanha Manara Coordenadora da Assistência Social

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.



ANEXO T - Ficha Caracterização de Área

PLHIS – MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA



1. TIPOS DE ASSENTAMENTOS	2. DOMICÍLIOS
1.1. Nome: Centro da Cidade, Bairros e Imediações 1.2. Origem: 1.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo... 1.2.2. <input checked="" type="checkbox"/> Loteamentos Irregulares e Clandestinos 1.2.3. <input type="checkbox"/> Cortiços 1.2.4. <input type="checkbox"/> Conjuntos Habitacionais (públicos) Degradados 1.3. Área: 1.3.1. Total: 147.000 m ² 1.3.2. Ocupada: _____ m ²	2.1. Número de domicílios: 980 2.2. Fonte: 2.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Contagem da Prefeitura 2.2.2. <input type="checkbox"/> Cadastro da Prefeitura 2.3. Data: 30/11/2010 2.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa 2.3.2. <input type="checkbox"/> Outra fonte: _____
3. PERFIL DA POPULAÇÃO	4. TIPO DE INTERVENÇÃO
3.1. <input type="checkbox"/> Predomina Baixa Renda 3.2. <input type="checkbox"/> Predomina Média Renda 3.3. <input checked="" type="checkbox"/> Baixa e Média Renda 3.4. <input type="checkbox"/> Média / Alta renda	4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 4.2. <input checked="" type="checkbox"/> Consolidável 4.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Urbanização (Simples) 4.2.2. <input type="checkbox"/> (Complexa) 4.2.3. <input type="checkbox"/> Remanejamento (Recolocação) 4.2.4. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Parcial) 4.3. <input type="checkbox"/> Não Consolidável 4.3.1. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Total)
5. REGULARIDADE URBANÍSTICA	6. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
5.1. <input checked="" type="checkbox"/> Rede de Água potável.....100% 5.2. <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Esgoto/Fossa ...20% 5.3. <input checked="" type="checkbox"/> Energia Elétrica.....98% 5.4. <input checked="" type="checkbox"/> Pavimentação.....35% 5.5. <input type="checkbox"/> Está em APP (margem de rio) 5.6. <input type="checkbox"/> Possui Área de risco 5.7. <input checked="" type="checkbox"/> Média Densidade 5.8. <input type="checkbox"/> Baixa Densidade	6.1. Condições do Terreno 6.1.1. <input checked="" type="checkbox"/> Adequado 6.1.2. <input type="checkbox"/> inadequado 6.1.3. <input type="checkbox"/> impróprio 6.2. Condições de Moradia 6.2.1. <input type="checkbox"/> Improvisadas 6.2.2. <input checked="" type="checkbox"/> Passíveis de Adequação 6.3. Condições do Traçado Urbano e Densidade 6.3.1. <input type="checkbox"/> Aglomerado 6.3.2. <input checked="" type="checkbox"/> Traçado Regular 6.4. Conjunto de Assentamentos 6.4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 6.4.2. <input checked="" type="checkbox"/> Consolidável 6.4.3. <input type="checkbox"/> Não Consolidável
7. REGULARIDADE FUNDIÁRIA	
7.1. Propriedade: 7.1.1. <input type="checkbox"/> Pública 7.1.2. <input checked="" type="checkbox"/> Privada Proprietário 7.1.3. <input type="checkbox"/> Pública e Privada Observações:	
 Graziela da Silva Barros Coelho Engenheira Civil CREA-RS nº 74.549-D	 Amanda Saldanha Manara Coordenadora da Assistência Social

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.



ANEXO U - Ficha Caracterização de Área

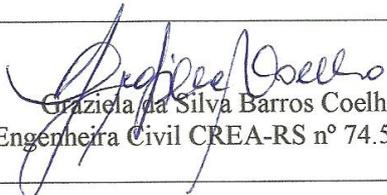
PLHIS – MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	
1. TIPOS DE ASSENTAMENTOS	2. DOMICÍLIOS
1.1. Nome: Moradores que invadiram parte da Área da Rua Arno Nemitz 1.2. Origem: 1.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Favela, invasão , comunidade, vila, núcleo... 1.2.2. <input type="checkbox"/> Loteamentos Irregulares e Clandestinos 1.2.3. <input type="checkbox"/> Cortiços 1.2.4. <input type="checkbox"/> Conjuntos Habitacionais (públicos) Degradados 1.3. Área: 1.3.1. Total: 1.050 m ² 1.3.2. Ocupada: _____ m ²	2.1. Número de domicílios: 07 2.2. Fonte: 2.2.1. <input checked="" type="checkbox"/> Contagem da Prefeitura 2.2.2. <input type="checkbox"/> Cadastro da Prefeitura 2.3. Data: 30/11/2010 2.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa 2.3.2. <input type="checkbox"/> Outra fonte: _____
3. PERFIL DA POPULAÇÃO	4. TIPO DE INTERVENÇÃO
3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Predomina Baixa Renda 3.2. <input type="checkbox"/> Predomina Média Renda 3.3. <input type="checkbox"/> Baixa e Média Renda 3.4. <input type="checkbox"/> Média / Alta renda	4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 4.2. <input type="checkbox"/> Consolidável 4.2.1. <input type="checkbox"/> Urbanização (Simples) 4.2.2. <input type="checkbox"/> (Complexa) 4.2.3. <input type="checkbox"/> Remanejamento (Recolocação) 4.2.4. <input type="checkbox"/> Reassentamento (Parcial) 4.3. <input checked="" type="checkbox"/> Não Consolidável 4.3.1. <input checked="" type="checkbox"/> Reassentamento (Total)
5. REGULARIDADE URBANÍSTICA	6. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
5.1. <input checked="" type="checkbox"/> Rede de Água potável.....100% 5.2. <input type="checkbox"/> Sistema de Esgoto/Fossa % 5.3. <input checked="" type="checkbox"/> Energia Elétrica.....100% 5.4. <input type="checkbox"/> Pavimentação..... % 5.5. <input type="checkbox"/> Está em APP (margem de rio) 5.6. <input type="checkbox"/> Possui Área de risco 5.7. <input type="checkbox"/> Média Densidade 5.8. <input checked="" type="checkbox"/> Baixa Densidade	6.1. Condições do Terreno 6.1.1. <input type="checkbox"/> Adequado 6.1.2. <input type="checkbox"/> inadequado 6.1.3. <input type="checkbox"/> impróprio 6.2. Condições de Moradia 6.2.1. <input type="checkbox"/> Improvisadas 6.2.2. <input type="checkbox"/> Passíveis de Adequação 6.3. Condições do Traçado Urbano e Densidade 6.3.1. <input type="checkbox"/> Aglomerado 6.3.2. <input type="checkbox"/> Traçado Regular 6.4. Conjunto de Assentamentos 6.4.1. <input type="checkbox"/> Consolidado 6.4.2. <input type="checkbox"/> Consolidável 6.4.3. <input checked="" type="checkbox"/> Não Consolidável
7. REGULARIDADE FUNDIÁRIA	
7.1. Propriedade: 7.1.1. <input type="checkbox"/> Pública 7.1.2. <input type="checkbox"/> Privada Proprietário 7.1.3. <input type="checkbox"/> Pública e Privada Observações:	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> Graziela da Silva Barros Coelho Engenheira Civil CREA-RS nº 74.549-D </div> <div style="text-align: center;"> Amanda Saldanha Manara Coordenadora da Assistência Social </div> </div>	

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.



ANEXO V - Ficha Caracterização de Área

PLHIS – MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

	
1. TIPOS DE ASSENTAMENTOS	2. DOMICÍLIOS
1.1. Nome: Lajeado do Quebrado 1.2. Origem: 1.2.1. (x) Favela, invasão, comunidade, vila, núcleo... 1.2.2. (x) Loteamentos Irregulares e Clandestinos 1.2.3. () Cortiços 1.2.4. () Conjuntos Habitacionais (públicos) Degradados 1.3. Área: 1.3.1. Total: 7.200 m ² 1.3.2. Ocupada: _____ m ²	2.1. Número de domicílios: 48 2.2. Fonte: 2.2.1. (x) Contagem da Prefeitura 2.2.2. () Cadastro da Prefeitura 2.3. Data: 30/11/2010 2.3.1. (x) Estimativa 2.3.2. () Outra fonte: _____
3. PERFIL DA POPULAÇÃO	4. TIPO DE INTERVENÇÃO
3.1. (x) Predomina Baixa Renda 3.2. () Predomina Média Renda 3.3. () Baixa e Média Renda 3.4. () Média / Alta renda	4.1. () Consolidado 4.2. (x) Consolidável 4.2.1. () Urbanização (Simples) 4.2.2. (x) (Complexa) 4.2.3. () Remanejamento (Recolocação) 4.2.4. () Reassentamento (Parcial) 4.3. () Não Consolidável 4.3.1. () Reassentamento (Total)
5. REGULARIDADE URBANÍSTICA	6. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
5.1. (x) Rede de Água potável.....100% 5.2. () Sistema de Esgoto/Fossa ... ____% 5.3. (x) Energia Elétrica.....100% 5.4. (x) Pavimentação.....06 % 5.5. () Está em APP (margem de rio) 5.6. () Possui Área de risco 5.7. () Média Densidade 5.8. (x) Baixa Densidade	6.1. Condições do Terreno 6.1.1. (x) Adequado 6.1.2. () inadequado 6.1.3. (x) impróprio 6.2. Condições de Moradia 6.2.1. () Improvisadas 6.2.2. (x) Passíveis de Adequação 6.3. Condições do Traçado Urbano e Densidade 6.3.1. (x) Aglomerado 6.3.2. () Traçado Regular 6.4. Conjunto de Assentamentos 6.4.1. () Consolidado 6.4.2. (x) Consolidável 6.4.3. () Não Consolidável
7. REGULARIDADE FUNDIÁRIA	
7.1. Propriedade: 7.1.1. () Pública 7.1.2. (x) Privada Proprietário 7.1.3. () Pública e Privada Observações:	
 Graziela da Silva Barros Coelho Engenheira Civil CREA-RS nº 74.549-D	 Amanda Saldanha Manara Coordenadora da Assistência Social

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, 2010.



ANEXO W - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total - PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.01	Parte do Bairro Navegantes e Parte do Bairro Progresso	Ezequiel Alvarez de Bairro

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo

Fonte: Prefeitura Municipal

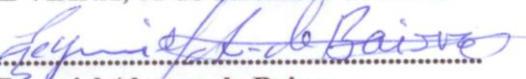
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	025	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	004	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	029	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	001	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	006	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	007	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	002	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	025	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	007	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	034	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	002	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	036	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural. Fonte: IBGE	004	Habitações Precárias (rústicas)
	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Assinatura: 
Ezequiel Alvarez de Bairro
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO X - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

**TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO
COM COBERTURA TOTAL – PLHIS**

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 02 MR.01	Bairro Vila nova e imediações	Elisângela de Brito Gonçalves

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	014	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	014	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	021	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	021	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	011	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	024	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	035	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	035	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural. Fonte: IBGE	000	Habitções Precárias (rústicas)
	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Elisângela de Brito Gonçalves
Elisângela de Brito Gonçalves
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO Y - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 02 MR.02	Bairro Progresso	Desativado Foi realizado pela Comissão do PLHIS

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	006	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	006	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	017	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	017	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	003	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	020	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	023	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	023	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Assinatura:.....
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO Z – Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total - PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.02	Bairro Restinga	Andréia Lopes Otarão

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	008	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	003	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	011	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	006	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	006	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	000	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	013	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	004	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	017	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	017	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIIDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	003	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Assinatura:.....
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AA - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

**TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO
COM COBERTURA TOTAL – PLHIS**

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.3	Parte do Centro e Parte do Bairro Cidade Alta	Vera Lopes Otarão

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo

Fonte: Prefeitura Municipal

Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	021	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	010	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	031	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	003	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	003	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	007	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	027	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	034	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	034	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural. Fonte: IBGE	010	Habitações Precárias (rústicas)
	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Vera Lopes Otarão
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AB - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

Fonte: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 02 MR.3	Parte da Vila Nova, cidade alta e imediações	Nedi Eufrásia de Moura Dornelles

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	015	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	015	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	007	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	007	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	010	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	007	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	005	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	022	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	022	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitações Precárias (rústicas)
	000	Co-Habitação Familiar
Fonte: IBGE		

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.


 Nedi Eufrásia de Moura Dornelles
 Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AC - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 02 MR.4	Bairro Progresso e imediações	Luiza Tamara Rodrigues Soares

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	018	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	018	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	021	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	021	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	008	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	020	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	011	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	039	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	039	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

TAMARA SOARES
 Luiza Tamara Rodrigues Soares
 Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AD - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.5	Parte do Centro e Parte do Bairro Restinga	Elizandra Falcão da Silva

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	0025	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	006	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	031	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	003	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	002	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	005	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	000	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	031	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	005	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	036	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	036	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIIDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	006	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Assinatura:.....

Elizandra Falcão da Silva
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AE - Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total – PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 02 MR.5	Parte da Vila Nova e do Bairro Progresso e imediações.	Sônia Maria Mazoy Mello Trindade Pereira

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo

Fonte: Prefeitura Municipal

Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	011	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	011	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	004	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	004	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	000	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	015	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	015	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	015	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Sônia Maria Mazoy Mello Trindade Pereira

Sônia Maria Mazoy Mello Trindade Pereira
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AF – Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total - PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.4	Parte do Bairro Progresso e Parte do Centro	Marco Antônio Rocha Rodrigues

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo

Fonte: Prefeitura Municipal

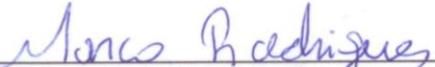
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	011	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	011	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	004	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	004	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	000	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	009	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	006	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	015	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	015	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitações Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.


 Marco Antônio Rocha Rodrigues
 Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AG – Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total - PLHIS

TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO COM COBERTURA TOTAL – PLHIS

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.6		Desativado – Foi realizada pela Comissão do PLHIS

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	009	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	009	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	006	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	006	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	000	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	015	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	015	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	015	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIIDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	000	Habitacões Precárias (rústicas)
Fonte: IBGE	000	Co-Habitação Familiar

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AH – Tabela de Levantamento de Campo Cobertura Total - PLHIS

**TABELA DO LEVANTAMENTO DE CAMPO DO MUNICÍPIO
COM COBERTURA TOTAL – PLHIS**

FONTE: Levantamento “in loco” e “coleta de dados” pela Equipe dos Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal no ano de 2010

Micro-região	Descrever a abrangência da Área da Micro-região	Agente Comunitário de Saúde
Área 01 MR.7	Barragem do Itu e imediações	Janeth Furquim dos Santos

Esta tabela com dados da área urbana e rural

Déficit Quantitativo e Qualitativo			
Fonte: Prefeitura Municipal			
Tipo	Déficit	Domicílios	Fonte
Déficit Quantitativo total do Município	Em Área Urbana	000	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	007	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	007	Sistema Mun. Informação
Déficit Qualitativo total do Município	Em Área Urbana	000	Sistema Mun. Informação
	Em Área Rural	012	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	012	Sistema Mun. Informação

TIPO	DÉFICIT	DOMICÍLIOS	FONTE
Estimativa de Déficit Habitacional do Município por rendimento	Sem rendimento	011	Sistema Mun. Informação
	Até 1 salário mínimo	008	Sistema Mun. Informação
	Mais de 1 a 3 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	Sub-Total (até 3 salários mínimos)	000	Sistema Mun. Informação
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	000	Sistema Mun. Informação
	TOTAL	019	Sistema Mun. Informação

Esta tabela só com dados da área rural

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DÉFICIT HABITACIONAL RURAL	TIPOS DE PRECARIEDADE E NECESSIDADES HABITACIONAIS
MANOEL VIANA-RS tem 24,66% na área rural.	007	Habitações Precárias (rústicas)
	000	Co-Habitação Familiar
Fonte: IBGE		

MANOEL VIANA, 01 de dezembro de 2010.

Janeth F. Furquim
Janeth Furquim dos Santos
Agente Comunitário de Saúde



ANEXO AI – Ata nº 01/2010



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA
"Administrando para o Povo"

Interesse Social do Município de Manoel Viana, evidenciando mais uma vez a necessidade da presença de todos os representantes nas próximas reuniões. Eu, Raul Valentin Corrêa Barata, que secretaria a presente Reunião, **ATA N° 01/2010** presente sta que sera lida e assinada por mim pelos demais presentes.

Reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, realizou-se a 1ª (primeira) reunião de **"elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS"** - PLHIS, sendo esta de caráter ordinário. A mesma teve início às 09:00 horas, com a presença da Prefeita Municipal, Srª IONE OLARTE CAMINHA, Secretario Municipal de Obras, Transito e Serviços Público, Sr. Eduardo Silva Menezes que também é o **Coordenador do PLHIS**, membros da equipe de coordenação e elaboração do PLHIS, com a indicação da Responsável Técnica, Engª Civil, Srª Graziela da S. Barros Coelho e membros do Conselho Municipal de Habitação. O **Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo Silva Menezes**, iniciou a explanação com uma prévia da reunião e passou a palavra para a **"Representação da Equipe Contratada"** que fez a explicação sobre o PLHIS, relatando que Secretaria Nacional de Habitação (SNH) recomenda que a elaboração ou revisão do PLHIS seja desenvolvida em três etapas: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação. Cada etapa deve corresponder a um produto específico e o documento final que consolida o PLHIS deve ser resultado do conjunto desses produtos. Dando continuidade foi exposto o que cabe a **"Proposta Metodológica"**, estruturar as duas etapas posteriores, norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como a proposta deverá ser pactuada com a sociedade, já o **"Diagnóstico do Setor Habitacional"** deve reunir informações a respeito do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificar os assentamentos precários e levantar suas características urbanísticas, ambientais, sociais e fundiárias. Deve, também, estimar a evolução das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários para enfrentar o problema, para finalizar as **"estratégias de ação"**, por sua vez, consiste na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social. Nela devem constar: as diretrizes e objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações; as metas a serem alcançadas e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, por meio de programas ou ações, identificando-se as fontes existentes; e ainda, os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento. Em seu relato o **Coordenador do PLHIS, Sr. Eduardo Silva Menezes**, deixou claro a necessidade da **"Participação cidadã"** e demais interessados, ao tocar nesse assunto um representante da administração pública apoiou a idéia reconhecendo que a **"Participação cidadã"** e demais interessados tem papel fundamental no sucesso do projeto. Nesta oportunidade o **Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo** usou a palavra e apresentou a equipe de trabalho e seguiu com a explanação onde foi apresentado cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas que será desenvolvida em 03 (três) meses com descrição dos procedimentos para a execução das etapas nos termos da **"tabela com o resumo das atividades"** e **"pactuada a redação final da Metodologia"** que integrará o **"Relatório Final do PLHIS"** e ficou definido que será realizado a **"Audiência Pública"** no dia **08/12/2010**, para **"apresentação"** e **"aprovação"** do Plano Local de Habitação de Interesse Social pactuados com a "representação popular" e demais interessados. Não havendo nada mais a ser tratado, foi finalizada a 1ª (primeira) reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de

Rua Walter Jobim, 171 – CEP: 97.640-000 – Fone/Fax: (55) 3256 – 2417
Departamento de Projeto: (55) 3256 1160 – Gabinete do Prefeito: (55) 3256 1122



ANEXO AJ – Lista de Presença da Ata nº 01/2010



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA
"Administrando para o Povo"

Interesse Social do Município de **Manoel Viana**, evidenciando mais uma vez a necessidade da presença de todos os representantes nas próximas reuniões. Eu, Raul Valentim Corrêa Batista, que secretariei a presente Reunião do **PLHIS**, lavrei a presente ata que será lida e assinada por mim pelos demais presentes.

3-7-11. Serris Beaudou
batista
Serris Beaudou

Reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS - PLHIS, ocorrida no dia de dois mil e dez, nas dependências da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Desporto, realizou-se a 1ª (primeira) reunião de "elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS" - PLHIS, sendo para de caráter ordinário. A mesma teve início às 09:00 horas, com a presença da Prefeita Municipal, Srª IONE CLARIF CAMINHA, Secretário Municipal de Obras, Transito e Serviços Público, Sr. Eduardo Silva Mezzozes que também é o Coordenador do PLHIS, membros da equipe de coordenação e elaboração do PLHIS, com a participação de Responsável Técnica, Eng. Civil, Srª Grizilda de S. Barros Cavello e membros do Conselho Municipal de Habitação. O Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo Silva Mezzozes iniciou a reunião com uma prévia da reunião e passou a palavra para a "Representação da Equipe Consultora" que fez a explanação sobre o PLHIS, relatando que Secretaria Nacional de Habitação (SNH) recomenda que a elaboração ou revisão do PLHIS seja desenvolvida em três etapas: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação. Cada etapa deve corresponder a um produto específico e o documento final que consolida o PLHIS deve ser resultado do conjunto desses produtos. Dando continuidade foi exposto o que cabe a "Proposta Metodológica", estruturar as duas etapas posteriores, norteia procedimentos, define prazos e estabelece como a proposta deverá ser pactuada com a sociedade, já o "Diagnóstico do Setor Habitacional" deve reunir informações a respeito do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificar os assentamentos precários e levantar suas características urbanísticas, ambientais, sociais e fundiárias. Deve, também, estimar a evolução das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários para enfrentar o problema, para finalizar as "estratégias de ação", por sua vez, consiste na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social. Nela devem constar: as diretrizes e objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações; as metas a serem alcançadas e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, por meio de programas ou ações, identificando-se as fontes existentes, e ainda, os indicadores que permitirão medir a eficácia do planejamento. Em seu relato o Coordenador do PLHIS, Sr. Eduardo Silva Mezzozes, destacou a necessidade da "Participação cidadã" e demais interessados, ao tocar nesse assunto um representante da administração pública apoiou a ideia reconhecendo que a "Participação cidadã" e demais interessados tem papel fundamental no sucesso do projeto. Nesta oportunidade o Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo usou a palavra e apresentou a equipe de trabalho e seguiu com a explanação onde foi apresentado cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas que será desenvolvida em 03 (três) meses com descrição dos procedimentos para a execução das etapas nos termos da "tabela com o resumo das atividades" e "pactuada a redação final da Metodologia" que integrará o "Relatório Final do PLHIS" e ficou definido que será realizado a "Audiência Pública" no dia 08/12/2010, para "apresentação" e "aprovação" do Plano Local de Habitação de Interesse Social pactuados com a "representação popular" e demais interessados. Não havendo mais a ser tratado, foi finalizada a 1ª (primeira) reunião de elaboração do Plano Local de Habitação do

Rua Walter Jobim, 171 – CEP: 97.640-000 – Fone/Fax: (55) 3256 – 2417
Departamento de Projeto: (55) 3256 1160 – Gabinete do Prefeito: (55) 3256 1122



ANEXO AK – Lista de Presença da Ata nº 01/2010

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA PRIMEIRA ETAPA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA - RS

DATA: 04 de outubro de 2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

HORÁRIO: 9 horas

RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO: Eduardo Silva Menezes

Nº	Nome	RG	Assinatura
01	GRABIELA BATISTO COELHO	8035367072	
02	Celso de Almeida Lopes	6066704237	
03	Vanessa Nicoli Maria	3056864725	
04	Alan Flores da Mota	9061753126	
05	João Manoel M. Laurindo	39139-CREA	
06	Leoni Biondo	4001830122	Leoni Biondo
07	Eduardo Silva Menezes	1050749645	
08	Reizman S. Tilius Montemelli	5082620633	Reizman S. Tilius
09	Amanda S. Mânica	7074995155	Amanda
10	Carla S. Duarte Jequelim	3059941751	Carla
11	Manoel Salomão G. G. G. G.	4086859271	Manoel Salomão
12	Fernando Jean Silveira da Silva	4088001504	
13	Raul Valentim Bonin Batista	1043058989	
14	Janiel Melo	304989.100.91	Janiel Melo
15	Jonathan Freitas Montgri	024701.030.88	
16	Blaudemir Benule de Silva	7065805538	



ANEXO AL – Lista de Presença da Ata nº 01/2010

17	Marcio Andre B. Alves.	6068160111	Alves
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			

Fonte: Prefeitura Municipal: 1º ATA Nº 01/2010 - Reunião de Elaboração do PLHIS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA
"Administrando para o Povo"

ATA Nº 02/2010

Reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Cultura e Desporto realizaram-se a 2ª (segunda) reunião de **"elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS"** - PLHIS, sendo esta de caráter ordinário. A mesma teve início às 09 horas e 15 minutos (09h15min), com a presença dos membros do Conselho Municipal de Habitação, Sr **Coordenador do PLHIS, Sr. Eduardo Silva Menezes** e Membros da Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS. O **Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo**, iniciou a explanação destacando que nesta **2ª Etapa**, que compreende o **Diagnóstico do Setor Habitacional**, foi feito o levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal, IBGE, Cad Único e pesquisa *in loco* com comprovação visual, identificação do **"Contexto"** com a Inserção regional e características do município, Oferta Habitacional, identificação das **"Necessidades"**, Precariedade habitacional, Déficit quantitativo e qualitativo, Cálculo da demanda demográfica futura, Produção habitacional: alternativas, padrões, compilação dos dados obtidos e **"elaboração de tabelas e gráficos."** Em seu relato o **Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo** deixou claro a importância da **"Participação cidadã"** e demais interessados, seguindo rigorosamente o cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas que será desenvolvida em 3 (três) meses com descrição dos procedimentos para a execução das etapas nos termos da **"tabela com o resumo das atividades"** e **"pactuada a redação final do Diagnóstico do Setor Habitacional"** que integrará o **"Relatório Final do PLHIS"**, ficou definido que será realizado a **"Audiência Pública"** no dia **08/12/2010**, para **"apresentação"** e **"aprovação"** do Plano Local de Habitação de Interesse Social que será pactuado com a **"representação popular"** e demais interessados. Não havendo nada mais a ser tratado, foi finalizada a 2ª (segunda) reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de **MANOEL VIANA**. Eu, Raul Valentim Corrêa Batista, que secretariei a presente Reunião do PLHIS, lavrei a presente ata que será lida e assinada por mim pelos demais presentes.

3-7-11. Luis Biondo

Julio de Almeida

Luis Biondo, Luis Biondo



ANEXO AN – Lista de Presença da Ata nº 02/2010

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA SEGUNDA ETAPA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS

DATA: 29 de outubro de 2010.

LOCAL: Sala de Reunião de Secretaria de Educação, Turismo, Cultura e Desporto.

HORÁRIO: 09 horas

RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO: Eduardo Silva Menezes

Nº de Ordem	Nome	RG	Assinatura
01	Eduardo Silva Menezes	1050249645	[Assinatura]
02	Reitman Mangumelli	5082620633	[Assinatura]
03	RAUL VALENTIM CORRÊA BAPTISTA	104305 89 82	[Assinatura]
04	Leonor Biondo	2001830122	[Assinatura]
05	Cécio de Almeida Lopes	6066704237	[Assinatura]
06	GLÁBRIA BARROS COELHO	8035367872	[Assinatura]
07	Blondemir Bussato da Silva	7065809538	[Assinatura]
08	Moisés André B. Alves	6068160614	[Assinatura]
09	Amanda S. Menezes	7074925555	[Assinatura]
10	Lucia Simone Duarte	3059941751	[Assinatura]
11	JOSÉ MANOEL U. CAMARGO	102 5292119	[Assinatura]
12	ALAN FLORES DA MOTA	9061753126	[Assinatura]
13	Manoel Galvão Goulart	4086859274	[Assinatura]
14	Jonathan de Assis Silveira da Silva	4088061904	[Assinatura]
15	Ranera Niceli Maria	3056864725	[Assinatura]
16	Laurist Melb	3049891007	[Assinatura]
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA
"Administrando para o Povo"

ATA N° 03/2010

Reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, nas dependências da **Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Cultura e Desporto**, realizou-se a 3ª (terceira) reunião de **"elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS"** - PLHIS, sendo esta de caráter ordinário. A mesma teve início às nove horas (09h), com a presença Sr. Eduardo Silva Menezes, Secretário Municipal de Obras, Transito e Serviços Públicos, que também é o **Coordenador do PLHIS, Sr.(a)** Membros da Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS, conforme lista de presença, Membros do Conselho Municipal de Habitação, e demais pessoas representantes da população em geral. O **Coordenador do PLHIS Sr. Eduardo Silva Menezes** iniciou a explanação destacando que nesta 3ª Etapa, que compreende as **Estratégias de Ação**, onde foi relacionado às Diretrizes e objetivos, Provisão, adequação e urbanização: linhas programáticas, programas e ações, Linhas programáticas normativas e institucionais, Prioridades de atendimento, Metas, recursos e fontes de financiamento, Monitoramento, avaliação e revisão. Em seu relato o **Coordenador do PLHIS, Sr. Eduardo Silva Menezes**, deixou claro a importância da **"Participação cidadã"** e demais interessados, seguindo rigorosamente o cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas que será desenvolvida em 03 (três) meses com descrição dos procedimentos para a execução das etapas nos termos da **"tabela com o resumo das atividades"** e **"pactuada a redação final das Estratégias de Ação"** que integrará o **"Relatório Final do PLHIS"**, ficou definido que será realizado a **"Audiência Pública"** no dia **08/12/2010**, para **"apresentação"** e **"aprovação"** do Plano Local de Habitação de Interesse Social que será pactuado com a **"representação popular"** e demais interessados. Não havendo nada mais a ser tratado, foi finalizada a 3ª (terceira) reunião de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de **Manoel Viana**, na oportunidade que foi alertado para a participação de todos na Audiência Pública de Apresentação e Aprovação do PLHIS. Eu, Raul Valentim Corrêa Batista, secretariei e lavrei a presente ata que será lida e assinada por mim pelos demais presentes.

Raul Valentim Corrêa Batista
Helio de Almeida Jeps
Lauriel Melo Batista

Rua Walter Jobim, 171 – CEP: 97.640-000 – Fone/Fax: (55) 3256 – 2417
Departamento de Projeto: (55) 3256 1160 – Gabinete do Prefeito: (55) 3256 1122



ANEXO AP – Lista de Presença da Ata nº 03/2010

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA TERCEIRA ETAPA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS

DATA: 23 de novembro de 2010.

LOCAL: Sala de Reunião de Secretaria de Educação, Turismo, Cultura e Desporto.

HORÁRIO: 09 horas

RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO: Eduardo Silva Menezes

Nº de Ordem	Nome	RG	Assinatura
01	Reizman Mangumelli	5082620633	[Assinatura]
02	Carneiro Silva Menezes	1050749645	[Assinatura]
03	RAUL VALENTIM LOPES BATISTA	104 305 89 89	[Assinatura]
04	Leopoldo Biundo	100183082	[Assinatura]
05	Cátia Simone Duarte	3059841751	[Assinatura]
06	Celso de Azevedo Lopes	6066704237	[Assinatura]
07	GRACIELA BARNES COELHO	8035361872	[Assinatura]
08	Blondimir Bumbelo da Silva	7069805538	[Assinatura]
09	Marcos André B. Alves	6068160611	[Assinatura]
10	Arnonde S. Mavane	704995155	[Assinatura]
11	JOÃO MANOEL M. CAMARGO	102 529 2119	[Assinatura]
12	ALAN FLORES DA MOTA	3061753126	[Assinatura]
13	Sergio de Souza Silva	4088061809	[Assinatura]
14	Carneiro Silva Menezes	1050749645	[Assinatura]
15	Vanessa Nicoli Maria	3056864725	[Assinatura]
16	Marcia Saldanha Goulart	4086859276	[Assinatura]
17	Jaurival Melo	3049891009	[Assinatura]
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana: 3º ATA Nº 03/2010 - Reunião de Elaboração do PLHIS.



ANEXO AQ – Edital de Convocação para Audiência Pública



Edital nº 001/2010

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

“Administrando para o povo”

Convoca a população em geral para a Audiência Pública de Apresentação e Aprovação do Plano Municipal de Habitação.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de no uso das atribuições que lhe confere a legislação pertinente, CONVOCA a população em geral para participarem da Audiência Pública para a Apresentação e Aprovação do Plano Municipal de Habitação, produzido pela Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Público, a ser realizada às 09:00h (nove horas) do dia 28 de dezembro de 2010, na Secretaria de Educação, Turismo, Cultura e Desporto, localizada na Rua Walter Jobim, nº 171, centro.

Manoel Viana, RS, 16 de dezembro de 2010.


Ione Olarte Caminha
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MANOEL VIANA
CERTIFICADO e/ou a presente
estive afixada no mural de
publicações no período de
23/12/10 à 28/01/11

**Rua Walter Jobim 171 CEP 97.640 – 000 – Fones: (55) 3256 – 1140 – 1160 – 1230- 2420
Gabinete da Prefeita 3256- 1122 – Fax: 3256 - 2417**



ANEXO AR - Ata da Audiência Pública



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana
“Administrando para o povo”

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação e Aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nos termos do Edital de Convocação nº 001/2010, realizou-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Cultura e Desporto de Manoel Viana a AUDIÊNCIA PÚBLICA de APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO do **Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS** - PLHIS, com a presença da Prefeita Municipal, Sra. Ione Olarte Caminha, Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Sra. Kelen Carmo dos Santos, Secretária Municipal de Educação, Turismo, Cultura e Desporto Sra. Silvana Bern Salbego, **Coordenador (a) do PLHIS Sr.(a) Eduardo Silva Menezes**, Membros da Equipe de Coordenação e Elaboração do PLHIS, Graziela Barros Coelho, Vanessa Nicoli, Alan Flores, Raul Valentin Corrêa Batista, Roitman Sttiver Manganelli, Membros do Conselho Municipal de Habitação, Lourival Severo Mello, Jorge Rodrigues, Marcio André Btencurti Alves assim como representantes da população em geral. O **Coordenador (a) do PLHIS Sr. Eduardo Silva Menezes**, iniciou a explanação fazendo a “APRESENTAÇÃO DO PLHIS” que foi desenvolvido em três etapas: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação. Cada etapa teve um produto específico e o documento final que consolidou o PLHIS que é o resultado do conjunto desses produtos. Dando continuidade foi registrado que nos termos da “**tabela com o resumo das atividades**” foi “acolhida” a **redação final da Metodologia na 1ª Reunião** realizada em 04/10/2010, igualmente foi “acolhida” a **redação final do Diagnóstico do Setor Habitacional na 2ª Reunião** realizada em 29/10/2010, e para finalizar foi “acolhida” a **redação final das Estratégias de Ação na 3ª Reunião** realizada em 23/11/2010 com a Participação cidadã. **Coordenador (a) do PLHIS Sr.(a) Eduardo Silva Menezes** usou a palavra e agradeceu a equipe de trabalho da Prefeitura, bem como a representação popular e demais interessados envolvidos na elaboração do PLHIS, em seguida submeteu a APROVAÇÃO o Plano Local de Habitação de Interesse Social de **Manoel Viana /RS**, que foi pactuado com todos os Atores envolvidos e a população em geral tendo sido “**acolhido por unanimidade.**” Não havendo nada mais a ser tratado, foi finalizada AUDIÊNCIA PÚBLICA de APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO do **Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Manoel Viana/RS** - PLHIS, evidenciando mais uma vez a presença de todos que foi fundamental para o êxito deste projeto. A presente AUDIÊNCIA PÚBLICA foi dada por encerrada. Eu, Catia Simone Duarte Mequelin, lavrei a presente ATA que será lida e assinada por mim e pelos demais presentes.

Catia Simone Duarte Mequelin
Lourival Severo Mello
Jorge Rodrigues
Alan Flores
Isabel Cristina
Jaqueline S. Freitas
Marcio André Btencurti Alves

Rua Walter Jobim 771 CEP 97.640 – 000 – Fones: (55) 3256 – 1140 – 1160 – 1230- 2420
Gabinete da Prefeita 3256- 1122 – Fax: 3256 - 2417

Bliane A. Z.

7. GLOSSÁRIO

Assentamentos precários: Compreendem: os cortiços, as favelas, os loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e os conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, que se encontram em situação de irregularidade ou de degradação, demandando ações de reabilitação e adequação.

Cadúnico: O Cadastro Único, gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), é um cadastro sócio-econômico de famílias de baixa renda que objetiva subsidiar os programas sociais desenvolvidos pelas três esferas governamentais. A inclusão, exclusão e atualização do cadastro são feitas, de forma descentralizada, pelos municípios.

Coabitação familiar: Compreende a convivência de mais de uma família no mesmo domicílio (denominadas de famílias conviventes), diferenciando-se as principais e secundárias ou o aluguel de quartos ou cômodos para a moradia de outras famílias. As famílias conviventes secundárias são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por grau de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal. O responsável pela família principal é também o responsável pelo domicílio (FJP, 2006).

Consolidados: São assentamentos já integrados urbanisticamente e dotados de infra-estrutura básica. Não são necessárias intervenções físicas que alterem sua morfologia (reparcelamento de lotes, redefinição de sistema viário), ou mesmo a execução de obras de infraestrutura básica. Os assentamentos podem, porém, não estar regularizados, e sua população pode apresentar demandas específicas por programas de pós-ocupação sociais, equipamentos e serviços públicos.

Consolidáveis: São aqueles que apresentam condições favoráveis de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano (abertura ou readequação de sistema viário, implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo), com ou sem necessidade de remoção (reassentamento) de parte das famílias moradoras. A remoção pode ser necessária para eliminar situações de risco, promover o desadensamento, executar intervenções urbanas ou, ainda, em função de restrições legais à ocupação.

Déficit Habitacional: Corresponde à quantidade de moradias novas que necessitam ser produzidas para atender às demandas acumuladas. Pode ser entendido como déficit por reposição do estoque, quando engloba as moradias sem condições de habitabilidade, devido à



precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física; e como déficit por incremento de estoque, no caso de famílias que convivem em uma mesma habitação junto a outra família e aquelas que vivem em cômodos.

Demanda Demográfica: se relaciona com o dimensionamento das moradias a serem acrescentadas ao estoque habitacional a fim de acomodar o crescimento populacional projetado em determinado período. Essa estimativa das necessidades de incremento do estoque de moradias, não considera o déficit habitacional acumulado nem a inadequação de parcela do estoque existente. O cálculo dessa demanda vai depender da taxa de crescimento da população e da média de moradores por domicílio, refletindo o tamanho da família e os arranjos familiares.

Domicílio Carente: Domicílios carentes de infraestrutura, àqueles que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Domicílios improvisados: São aqueles construídos para fins não residenciais, mas que estão servindo de moradia na ocasião do Censo.

Domicílios rústicos: São os domicílios permanentes cuja construção é feita por material improvisado, como madeira aproveitada e vasilhames, e que correspondem à parcela da necessidade de reposição, que pode ser definida como os domicílios a serem restaurados, substituídos ou repostos.

Inadequação de moradias: Corresponde a problemas na qualidade da habitação, não implicando, contudo, na necessidade de novas construções. Seu dimensionamento visa à elaboração de políticas voltadas à melhoria dos domicílios existentes, complementares à produção de novas unidades habitacionais.

Moradia Digna: é aquela provida de redes de infraestrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, pavimentação, telefone); com acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; instalações sanitárias adequadas; condições mínimas de conforto e habitabilidade; utilização por uma única família (a menos de outra opção voluntária); e dispondo de, pelo menos, um dormitório permanente para cada dois moradores adultos. Tal conceito serve de diretriz tanto para a produção de novas unidades habitacionais de interesse social, como



também para a urbanização, regularização e melhorias do estoque de moradias precárias em favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e áreas centrais degradadas.

Necessidades Habitacionais: Inclui o déficit – necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida –, a demanda demográfica – necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico –, e a inadequação – compreendendo a necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência.

Não consolidáveis: São assentamentos que não apresentam condições de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, como, por exemplo, os que se localizam sobre aterro sanitário, oleoduto, sistema viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental e non aedificandi. Os núcleos não consolidáveis são objetos de intervenção do tipo “remoção” e reassentamento em novas áreas. Ônus excessivo com aluguel: Corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel (FJP, 2006).

Reassentamento (realocação): Compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos de assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis.

Remanejamento (relocação): Trata-se da reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou assentamento precário que está sendo urbanizado. A população é mantida no local após a substituição das moradias e tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária.

Terreno adequado: É aquele onde a ocupação pode ser consolidada.

Terreno impróprio: É aquele onde a ocupação não pode ser consolidada. Caracteriza-se por apresentar risco não passível de ser superado por intervenção urbanística. Trata-se, por exemplo,

de ocupações sobre gasodutos e oleodutos, faixas de proteção de ferrovias e rodovias, aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas não passíveis de recuperação, ou sob viadutos, pontes e redes de alta tensão.

Terreno inadequado: É aquele onde a ocupação pode ou não ser consolidada e a tomada de decisão depende do resultado de estudo específico do assentamento. Esse estudo envolve, entre outras variáveis, disponibilidade de terra, análise de viabilidade econômica, financeira e social, custo das obras de contenção geotécnica, saneamento ou infraestrutura e até mesmo o resultado da aplicação de instrumentos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Como exemplo, pode-se citar faixas marginais a córregos e rios, áreas de mangue (orla marítima), áreas suscetíveis a risco geotécnico e áreas de proteção de mananciais.

Urbanização: Consolidação do assentamento com a manutenção total ou parcial da população no local. Compreende abertura, readequação ou consolidação de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, reparcelamento do solo (quando couber), regularização fundiária e, quando necessário, a execução de obras de consolidação geotécnica, a construção de equipamentos sociais e a promoção de melhorias habitacionais.

Urbanização complexa: compreende a intervenção em assentamentos com alto grau de densidade, em geral do tipo aglomerado, com alto índice de remoções, que não apresentam traçado regular e/ou a necessidade de realização de complexas obras geotécnicas ou drenagem urbana, como canalização de córregos, contenção de encostas e “criação de solo”.

Urbanização simples: Compreende a intervenção em assentamentos que possuem baixa ou média densidade, traçado regular, não apresentam necessidade de realização de obras complexas de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica e drenagem e apresentam índice baixo de remoções (até 5%).